Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

Uma análise das manchetes dos jornais *Folha de S.Paulo, O Globo* e *O Estado de S. Paulo* na cobertura dos impeachments de Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff

Luisa Torres Marini Ferreira

Brasília, 2017

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

Uma análise das manchetes dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* na cobertura dos impeachments de Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff

Luisa Torres Marini Ferreira

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharela em Comunicação Social – habilitação Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Solano Nascimento

Brasília, 2017

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

BANCA EXAMINADORA

___/___/___

_____

Prof. Dr. Solano dos Santos Nascimento (orientador)

_____

Prof. Dr. Sérgio Araújo de Sá

_____

Profa. Diana Fernandes Silva Antonelli

_____

Profa. Dra. Ana Carolina Kalume (suplente)

Brasília, 2017

Agradecimentos

À minha mãe, Angela, que é a minha maior companheira de vida e meu exemplo. Ao meu pai, Caio, que é fonte de inspiração e que me incentiva a correr atrás dos meus sonhos. Aos meus irmãos, Bernardo, Lucas, Daniel, Patrícia e Roberta, minhas primas e toda a minha família.

Aos meus amigos, aquela família que a gente tem a sorte de escolher. Ao Telma Ramos, as melhores pessoas que conheci na UnB e que levarei para toda a vida: Carol, Raquel, Pedro, Chaves, Dudu, Ivi, Marcus, Júlia e Gabs. Aos membros da União Europeia, que estão comigo desde o ensino médio e que eu tenho muito orgulho de ver crescendo e ganhando o mundo: João, Bay, Cris, Belle, Let, Luiz, Vini, José, Raissa, Felipe e Ottoni. Agradeço especialmente à Larissa, Luana e Verena, por termos crescido juntas e por saber que sempre poderei contar com vocês. Agradecimento especial também para o irmão Ivo e para Hele.

Ao Movimento Empresa Júnior e à Facto – Agência de Comunicação por terem aberto a minha cabeça de uma forma que eu não esperava. À Direx 2015 por ter enfrentando comigo um dos anos mais desafiadores da minha vida e também de maior aprendizado.

Agradeço à Universidade de Brasília por ser um espaço tão plural e por ter me proporcionado um aprendizado que vai muito além do mundo acadêmico. Os anos que passei aqui com certeza me transformaram em uma pessoa melhor. Aos professores da Faculdade de Comunicação por toda dedicação, em especial ao meu orientador e aos membros da banca examinadora. Aos funcionários da FAC por toda paciência em resolver nossos problemas e por cuidarem na nossa faculdade.

Gostaria de agradecer também à Università di Siena, na Itália, por ter proporcionado uma experiência incrível na minha formação e por ter me mostrado como o mundo é grande e como podemos e devemos sonhar alto.

É com muita alegria que concluo este ciclo que se iniciou lá em 2012, quando eu nem imaginava o que esperar do curso de jornalismo. Sinto que pude aproveitar ao máximo a universidade e todas as oportunidades que ela oferece. Fica aqui a minha mais sincera gratidão à UnB.

Resumo

Esta pesquisa analisou a cobertura jornalística dos dois processos de *impeachment* de presidentes da República que ocorreram no Brasil depois da redemocratização: o de Fernando Collor de Mello, em 1992, e o de Dilma Rousseff, em 2016. Por meio da análise de conteúdo, foram estudadas as manchetes dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* referentes aos 30 dias que antecederam a aprovação na Câmara dos Deputados de cada um dos impeachments. A análise revelou algumas semelhanças na cobertura dos dois processos – como predomínio de manchetes sobre o assunto nos três jornais – e diferenças – como um percentual mais alto de manchetes negativas para a ex-presidente Dilma que para o ex-presidente Collor.

Palavras-chave: cobertura política; *impeachment*; jornais impressos; manchetes.

Abstract

This research analysed the journalistic coverage of the two impeachment processes of Presidents of the Federal Republic of Brazil, which occurred after the redemocratization process: that of Fernando Collor de Mello, in 1992, and that of Dilma Rousseff, in 2016. The content of the headlines of the newspapers *Folha de S.Paulo*, *O Globo* and *O Estado de S. Paulo*, during the 30 days prior to approval by the House of Representatives of each impeachment, have been studied and analyzed. The analysis reveled some similarities in the coverage of the two processes – such as the predominance of headlines on the subject in the three newspapers – and diferences – as a higher percentage of negative headlines for the former president Dilma than for the former president Collor.

Key words: political coverage; impeachment; newspapers; headlines

Sumário

Introdução **8**

1. Referencial teórico 10

1.1 Poder, política e democracia 11

1.2 Histórico do jornalismo político no Brasil 13

1.3 Conceito de *impeachment* 23

1.4 Histórico dos *impeachments* no Brasil 25

2. Metodologia **31**

3. Análise das manchetes **35**

3.1 O caso Collor 35

3.1.1 Análise das manchetes 37

3.1.2 Categorização das manchetes 38

3.2 O caso Dilma 41

3.2.1 Análise das manchetes 43

3.2.2 Categorização das manchetes 45

3.3 Comparação entre os dois casos 48

3.3.1 Análise das manchetes 48

3.3.2 Comparação da classificação das manchetes 49

3.4 Comportamento dos jornais 51

3.4.1 *Folha de S.Paulo* 51

3.4.2 *O Globo* 53

3.4.3 *O Estado de S. Paulo* 55

3.5 Imagem dos vices: Itamar e Temer 58

3.6 Uso do termo “golpe” 60

3.7 Manifestações populares 60

Considerações finais **62**

Referências **64**

Anexos **66**

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1 ..... **39**
Tabela 2 ..... **45**
Tabela 3 ..... **52**
Tabela 4 ..... **55**
Tabela 5 ..... **57**
Gráfico 1 ..... **40**
Gráfico 2 ..... **40**
Gráfico 3 ..... **47**
Gráfico 4 ..... **48**
Gráfico 5 ..... **49**
Gráfico 6 ..... **51**
Gráfico 7 ..... **53**
Gráfico 8 ..... **54**
Gráfico 9 ..... **55**
Gráfico 10 ..... **56**
Gráfico 11 ..... **57**
Gráfico 12 ..... **58**
Gráfico 13 ..... **60**

Introdução

A história mostra que o Brasil já passou por momentos conturbados na política. É fácil encontrar nas capas dos jornais, quase diariamente, escândalos de corrupção, desvio de dinheiro público e denúncias envolvendo autoridades e políticos. Para um país, como o Brasil, que vive em um sistema de presidencialismo, o ápice da crise política acontece quando o presidente deve interromper seu mandato e deixar o cargo. Em um período de 24 anos, após o regime militar e depois de conquistar novamente a democracia, o Brasil teve dois presidentes que sofreram *impeachment*: Fernando Collor de Mello, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016. Este estudo surge da curiosidade de olhar para a cobertura dos processos e comparar o comportamento da imprensa nos dois casos.

O objetivo central deste trabalho é analisar como foi a cobertura da imprensa nacional nestes dois períodos, no sentido de identificar semelhanças e diferenças no tratamento dado aos processos. Além de identificar temas relacionados, ver se os jornais deram a mesma relevância para o assunto nos dois anos e de que forma os jornais trataram o tema do ponto de vista do presidente que estava sofrendo o processo.

Desta forma, a presente pesquisa vai analisar as manchetes dos jornais nacionais de maior circulação no Brasil – *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e O E*stado de S. Paulo* – durante o mês que antecedeu a votação na Câmara dos Deputados pelo prosseguimento do processo de *impeachment* em cada um dos casos.

Decidiu-se analisar as manchetes dos jornais impressos porque a manchete do jornal é o espaço dedicado para a notícia mais importante da edição do dia. Foram analisadas 30 manchetes de cada jornal impresso durante os dois processos de *impeachment*. Assim, foram 90 manchetes analisadas do período Collor, em 1992, e 90 manchetes do caso Dilma, em 2016, totalizando 180 manchetes estudadas.

O trabalho tem relevância a partir do momento que quer estudar o tratamento dado pela mídia de dois períodos que marcaram a história brasileira. Desperta interesse e curiosidade saber se os jornais tiveram comportamento semelhante durante os dois processos e quais foram as principais diferenças identificadas. O trabalho vai mostrar, ainda, a história e os contextos que o Brasil vivia na época de cada caso.

Este trabalho não busca fazer um julgamento sobre os dois processos de *impeachment*. Este julgamento cabe à Justiça e à sociedade. O objetivo da pesquisa é

analisar como o processo estava sendo retratado para a população por meio das manchetes dos jornais.

O trabalho foi estruturado da seguinte forma: referencial teórico, apresentação da metodologia de pesquisa, análise das manchetes e, por fim, as considerações finais. No referencial teórico, serão apresentados conceitos que ajudarão no entendimento das análises. A teoria do trabalho envolveu conceitos de jornalismo político, história da imprensa e do jornalismo político no país, conceito de *impeachment* e a história dos dois processos de *impeachment*. No capítulo seguinte será apresentada a metodologia, que explica como foi feita a pesquisa. O terceiro capítulo é dedicado aos estudos dos casos Collor e Dilma, e depois há uma comparação dos dois processos, com apresentação de gráficos, tabelas e análises feitas na pesquisa. Por fim, as considerações finais e conclusão do trabalho.

1. Referencial teórico

Em um período de apenas 24 anos, o Brasil viu dois presidentes da República eleitos deixarem o cargo após decisão do parlamento. Estes fatos são, provavelmente, os mais importantes da história política brasileira recente e, por isso, também marcam a história da nossa imprensa.

O jornalismo político tem importância inquestionável para a sociedade. É o responsável por informar a população sobre o que acontece com a administração do país, as decisões tomadas pelos políticos, os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, a atuação do presidente da República, em suma, manter a sociedade informada sobre o mundo da política. Ele exerce, ainda, a função de fiscalizador, quando denuncia casos de irregularidades, como corrupção e desvio de dinheiro público. Para Traquina, o papel central do jornalismo na democracia é de informar o público sem censura.

> Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre os poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo. Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Segundo Balbinotti (2011), quando a liberdade de imprensa é atacada, por um governo autoritário, por exemplo, a escassez do fluxo de informações entre eleitores, governo e partidos abala a democracia.

Como será mostrado neste capítulo, a história do jornalismo político no Brasil oscilou entre momentos de censura e momentos de maior liberdade. O que reflete momentos da história política brasileira, que também passou por momentos de maior centralização de poder e momentos de descentralização.

O presente estudo, que visa analisar as manchetes dos principais jornais impressos brasileiros durante os dois processos de *impeachment*, precisa, antes, apresentar alguns conceitos. Este capítulo é dedicado a entender estes conceitos e, por isso, traz a visão de autores sobre política, poder, democracia e *impeachment*, temas que servirão de base para a análise posterior. Além disso, o capítulo apresenta o histórico do jornalismo político brasileiro, desde a criação da imprensa, quando o Brasil ainda era uma colônia, até os dias de hoje.

1.1 Poder, política e democracia

Para Miguel (2007), a política é uma atividade presente em todas as sociedades humanas, mas assume faces diversas em cada uma delas. “Como costuma acontecer com categorias tão básicas, é difícil produzir um conceito conciso, inequívoco e satisfatório de política” (MIGUEL, p. 7).

Segundo Bobbio, Mateucci e Pasquino (1983), o termo política foi usado durante séculos para indicar obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado. Os autores afirmam que, de acordo com a tipologia clássica, o conceito de política está ligado a poder.

> O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem" (Hobbes) ou, analogamente, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 954).

Em seu significado mais simples, os escritores definem poder como “a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos” (p. 933). O entendimento que nos interessa aqui é o do poder relacionado à vida em sociedade:

> Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à (sic) capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem (1983, p. 933).

Segundo a tipologia moderna, o conceito de poder pode ser distinguido em três classes: o poder econômico, o poder ideológico e poder político. O que aqui nos interessa, o poder político, baseia-se na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física. Ou seja, os autores o consideram o poder coator no sentido mais estrito da palavra.

> Como poder cujo meio específico é a força, de longe o meio mais eficaz para condicionar os comportamentos, o poder político é, em toda a sociedade de desiguais, o poder supremo, ou seja, o poder ao qual todos os demais estão de algum modo subordinados: o poder coativo é, de fato, aquele a que recorrem todos os grupos sociais (a classe dominante), em última instância, ou como extrema ratio, para se defenderem dos ataques externos, ou para impedirem, com a desagregação do grupo, de ser eliminados (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 956).

Sintetizando, poder, na definição mais geral, diz respeito à capacidade de um homem de produzir efeitos, exercer influência em outro homem a ponto de determinar comportamentos e poder político, cujo meio é a força, torna-se o poder supremo. Os autores afirmam, ainda, que em toda relação de poder vai haver desigualdade. No caso do poder político, a sociedade está dividida em fortes e fracos ou superiores e inferiores.

Bobbio, Mateucci e Pasquino identificam o poder como elemento da política, mas definem os seus fins como as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com o tempo e circunstâncias:

> A respeito do fim da Política, a única coisa que se pode dizer é que, se o poder político, justamente em virtude do monopólio da força, constitui o poder supremo num determinado grupo social, os fins que se pretende alcançar pela ação dos políticos são aqueles que, em cada situação, são considerados prioritários para o grupo (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 957)

Eles citam exemplos. Em época de luta, o objetivo será a unidade do Estado, a paz. Já em tempos de opressão, será a conquista por direitos civis e políticos. Logo, os objetivos da política vão estar ligados ao interesse de um grupo, uma classe dominante e, geralmente, vão atender aos direitos civis e públicos.

A ideia de poder associada à política também foi utilizada por Nicolau Maquiavel, em 1513, em sua obra *O Príncipe*. Para Miguel (2007), os pensamentos de Maquiavel rompem com a visão clássica de política, utilizada até a Idade Média, e representam o surgimento da teoria política moderna, da qual fazemos parte hoje. Maquiavel lança uma visão contrária à posição da Igreja de que a política deve produzir o "bem comum" e introduz a política de poder.

> A citação padrão é extraída do capítulo VI d'*O Príncipe*. "Todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram", ele diz, explicando em seguida que é necessário "providenciar para que, quando [as pessoas] não acreditarem mais, se possa fazê-los crer à força". (...) O fundamental era possuir os meios materiais para a imposição do próprio poder (MIGUEL, 2007, p. 19).

À medida que vão se aprofundando os conceitos sobre teorias políticas, surge o conceito de democracia, outro elemento importante para este estudo. Ainda de acordo com Bobbio, Mateucci e Pasquino, existem três grandes correntes de pensamento para definir democracia. A primeira é a teoria clássica, ou aristotélica, das três formas de governo: monarquia, governo de um só; aristocracia, governo de poucos; e democracia, governo do povo, ou seja, de todos os cidadãos, aqueles que têm direito à cidadania. A segunda corrente, a teoria medieval, de origem romana, se apoia na ideia de soberania popular em que o poder deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite da camada superior para a inferior. E por fim, a teoria moderna, ou teoria de Maquiavel, que classifica as formas de governo em monarquia e república. Para Maquiavel, a antiga democracia é uma forma de república, na qual há intercâmbio de ideais democráticos e republicanos e o governo popular é chamado, em vez de democracia, de república.

A democracia, então, como sendo um governo do povo, ou poder alcançado pelo povo, exige também a participação deste, o povo passa a ser protagonista. Neste cenário, a imprensa, livre de censura, torna-se um instrumento essencial para a manutenção do regime democrático, na medida que fornece as informações necessárias para que os cidadãos possam exigir seus direitos e tomar decisões.

O sociólogo alemão Habermas coloca entre os órgãos da esfera pública, os "órgãos estatais ou então as mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique" (1984, p. 15). Ao fazer parte desta esfera, a imprensa deve ser acessível a qualquer um. De maneira resumida, Martins (2005) põe a imprensa como sendo o mais importante espaço de debate e formação de opinião pública:

> Democracia não significa apenas eleições regulares e vigilância dos eleitores sobre os políticos. Implica também aumento do espírito crítico e maior interferência da sociedade em todos os espaços públicos e de formação da opinião pública. A imprensa é um dele, talvez o mais importante deles (MARTINS, 2005, p. 26).

1.2 Histórico do jornalismo político no Brasil

Para Sodré (1997), a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Seabra e Sousa (2006) afirmam que o jornalismo, nos seus primórdios, atinha-se a um só tema: o fato político. Os principais acontecimentos de um país estão diretamente ligados ao surgimento da imprensa, por isso, autores consideram essencial entender a história política do país, além da história da imprensa, para se tornar um bom jornalista político.

"O desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado, como não podia deixar de ser, ao desenvolvimento do país" (SODRÉ, 1997, p. 452). Durante os 200 anos seguintes, a imprensa brasileira passou por transformações e se consolidou no modelo atual. Este capítulo tem o objetivo de expor como foi o processo de criação da imprensa brasileira, desde a criação do primeiro jornal brasileiro, passando pelos principais momentos da história política do país, até os dias de hoje.

Cabe ressaltar aqui que o jornalismo brasileiro não atuou de maneira linear e seguindo o mesmo modelo. Pelo contrário, foi marcado por alternâncias de modelos de atuação até se consolidar no formato que vemos hoje.

A imprensa brasileira nasceu em 1808, ano em que a Família Real portuguesa desembarcou no Brasil para fugir dos ataques das tropas francesas de Napoleão Bonaparte

e instaurou, pela primeira vez na História, a capital de seu reino na colônia. O fato marcou a história dos dois países e pode ser considerado o ponto de partida para o jornalismo brasileiro. Após sua chegada, D. João VI instaurou a Imprensa Régia e criou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que começou a circular em setembro de 1808. O jornal foi criado com o objetivo de informar sobre a situação administrativa e a movimentação do reino em formato documental, por meio de anúncios, editais, leilões, perdidos e achados e atos do governo. Seabra (2006) observa que, antes da vinda dos portugueses para o Rio e Janeiro, não havia poder constituído no Brasil, portanto, também não existiam condições que permitissem à colônia produzir jornalismo político. Segundo Bahia (2009), a administração portuguesa não permitia a tipografia e o jornalismo em sua colônia até a chegada de D. João VI.

> Limitadas às conveniências da administração, a Gazeta do Rio de Janeiro reflete, como pode, a sociedade da época – desde as restrições à liberdade até à definição de regras culturais, comerciais e industriais que resultam de mudanças geradas na economia em geral e na produção agrícola ou mercantil (BAHIA, 2009, p. 27).

É importante lembrar que, alguns meses antes do surgimento da imprensa oficial brasileira, Hipólito José da Costa criou, em Londres, em junho de 1808, o *Correio Braziliense*, importante marco para o jornalismo político brasileiro. O jornal era produzido fora do território nacional e por um brasileiro, exilado político na Europa, que também morou anos nos Estados Unidos. Para Bahia, Hipólito tornou-se o patrono da imprensa brasileira.

> Para uma colônia a quem foi sonegada durante mais de três séculos a liberdade de imprensa e a possibilidade de ter universidades – ao contrário dos vizinhos da América do Sul -, restavam poucas opções além dessa: a de contar com o voluntarismo de um visionário, que, em 1º de junho daquele ano, lançaria o primeiro jornal brasileiro (SEABRA, 2006, p. 113).

O governo português tenta censurar e proibir a circulação do jornal no Brasil e em Portugal, por apresentar visões críticas, mas sem sucesso. Segundo Sodré (1999), D. João VI estimulou a criação de jornais para enfrentar a atuação do *Correio Braziliense*, como o *Investigador Português* e a *Idade de Ouro do Brasil*.

> O programa do Correio Braziliense consubstancia as ideias de Hipólito da Costa: monarquia constitucional, liberdade de opinião, abolição da escravatura, defesa da imigração, criação do júri popular, instituição da universidade, mudança da capital para a região central, independência do Brasil (BAHIA, 2009, p. 33).

Enquanto a *Gazeta* se ocupa com as informações vindas da Europa sobre a ocupação de Portugal e Espanha pelas tropas de Napoleão e a Revolução do Porto, o *Correio* trazia ao leitor uma visão crítica sobre fatos políticos, econômicos e sociais,

provenientes de Hipólito da Costa, que tinha uma visão crítica com relação à metrópole e sua colônia. Segundo Seabra (2006), Costa achava que a presença de Portugal em sua principal colônia era a oportunidade para os países saírem dos marasmos econômico, político e social em que viviam.

Um personagem importante nos primeiros anos da imprensa brasileira foi José da Silva Lisboa, primeiro barão e único visconde de Cairu. O visconde era apoiador de D. João VI e D. Pedro I e ocupou funções importantes em suas administrações, como em 1808, quando foi nomeado membro da Junta Diretora da Impressão Régia. Bahia descreve Silva Lisboa como um jornalista político e conservador, coerente até o fim com a ideologia que abraçou. "É ele quem dá na imprensa o sinal das posições da monarquia" (BAHIA, 2009, p. 93).

Durante sua estadia no Brasil, D. João VI criou uma série de medidas econômicas que favoreceram o país, como a abertura dos portos às nações amigas. Em 1820, porém, aconteceu a Revolução do Porto e os portugueses exigiram a volta de D. João VI para Portugal. Pressionado, ele retornou à metrópole em 1821, deixou seu filho, D. Pedro I, como príncipe regente no Brasil e instaurou a Assembleia Constituinte em 1823.

Com o movimento de independência ganhando força no Brasil a partir de 1821, surgiram os primeiros jornais liberais brasileiros. Foi neste ano, e um ano antes da independência, que se deu o fim da censura prévia. Inspirado nos ideais da Revolução Francesa (1789-1799), nasceu o *Revérbero Constitucional Fluminense*, considerado o primeiro jornal livre editado no Brasil a tratar de assuntos políticos.

Às vésperas da independência, surgiram jornais como o *Despertador Braziliense* e *A Malagueta*, que defenderam a permanência de D. Pedro I no Brasil e, no ano seguinte, o *Correio do Rio de Janeiro*, que fez críticas às medidas centralizadoras do príncipe regente.

A independência do Brasil foi proclamada em 7 de setembro de 1822, por D. Pedro I, marcando uma nova fase na história do país.

> As disputas políticas que marcaram os primeiros anos do Brasil livre refletiam-se na imprensa política. A separação de Portugal exigia uma imprensa atuante. Entretanto, forças antagônicas, tendo por um lado o grupo de Bonifácio de Andrade e, de outro, o de Gonçalves Ledo, forçaram uma guerra ideológica que transformou os jornais da época em verdadeiras trincheiras. (SEABRA, 2006, p. 116)

D. Pedro I tornou-se imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822 e enfrentou muitos conflitos, como a Guerra da Cisplatina e a Confederação do Equador, revoltas de regiões que estavam insatisfeitas com a subordinação ao Rio de Janeiro, além de problemas relacionados à Constituição criada em 1824. As críticas a seu governo, estampadas nos jornais, levaram D. Pedro I a abdicar em 7 de abril de 1831. Segundo Seabra, o fato provou como a imprensa brasileira estava se firmando como porta-voz da opinião pública da época.

Bahia entende que o período entre 1808 e 1880 foi marcado pela intensa atividade panfletária que refletiu as ações políticas revolucionárias que viabilizaram a Independência, pacificaram o país e contribuíram para o fortalecimento do movimento republicano.

> O que há, portanto, é uma pequena imprensa. Exclusivamente, simples jornais. E um jornalismo feito por panfletários, por autores que polemizam, divergem, desfiam, conciliam, lutam, instigam, ensinam, constroem, destroem. Eles sobrevivem por muitas gerações como jornalistas apenas, alguns como estadistas. Seus efêmeros jornais também (BAHIA, 2009, p. 91).

O período regencial (1831-1840), que vai da renúncia de D. Pedro I à posse de D. Pedro II, foi marcado pela formação de três grupos políticos: os restauradores ou caramurus, que pediam o retorno de D. Pedro I e eram chamados assim por propagarem ideias do jornal *Caramuru*; os liberais moderados ou chimangos, membros da elite agrária que não queriam que a ordem estabelecida fosse alterada, mas pediam maior autonomia para as províncias; e os liberais exaltados ou farroupilhas e jurujubas, que defendiam o fim do Poder Moderado e autonomia das províncias.

A imprensa teve importante atuação nos conflitos da época:

> São desse período jornais como *Caramuru, Trombeta*, *Clarim*, *Diário do Rio* e *Aurora Fluminense*, sendo este último dirigido por Evaristo da Veiga, político chimango que sofreria um atentado promovido por pessoas ligadas ao jornal *Caramuru*, porta-voz dos restauradores. Esse caso ilustra bem o clima de disputa da época (SEABRA, 2006, p. 118).

Deste período saíram os dois partidos políticos que tiveram forte atuação no Segundo Império, período em que D. Pedro II assumiu o trono com 14 anos. Em 1840, os progressistas haviam criado o Partido Liberal e os regressistas se agrupavam no Partido Conservador. Para Seabra (2006), "seria também a cristalização da imprensa liberal e da imprensa conservadora, com seus respectivos jornais" (p. 119).

Os liberais eram contra a regência de Araújo Lima, que administrava o poder no Brasil, e então apoiaram a proclamação da maioridade de D. Pedro II, que assumiu o trono com 14 anos. Foi um intenso trabalho dos grupos minoritários no Parlamento, que preferiam a administração de um monarca jovem e ainda sem força política do que um regente forte e experiente.

> A partir de então, ficou bastante difícil para os apoiadores de Araújo Lima argumentarem contra a antecipação da maioridade do imperador sem que fossem, ao mesmo tempo, qualificados como "anti-monárquicos" ou mesmo "anti-Pedro II". Naquele momento político, os que adotassem tal postura também poderiam ser suspeitos de serem contrários ao projeto de manutenção e consolidação da unidade brasileira, tema essencial para os eleitores regentes (NETO; TASINAFO, 2006, p. 500).

Segundo Seabra, as décadas de 50 e 60 do século XIX foram um período de conciliação política entre as elites, o que foi refletido na imprensa.

Em Pernambuco, surgiram o *Jornal Novo*, durante a Revolução Praieira, em 1848, e o *Diário de Pernambuco*. O primeiro era porta-voz dos revolucionários que defendiam a revolução e o federalismo. Já o *Diário de Pernambuco*, nascido em 1825 e que circula até os dias atuais, defendia a visão conversadora na época. Mas, para Sodré, este foi um período de declínio do jornalismo político: "Na fase posterior à Maioridade, poucos foram os jornais que sustentaram a luta, nesse terreno (...) Nos fins da primeira metade do século XIX, os pasquins haviam desaparecido, praticamente" (Nelson Werneck Sodré, *apud* SEABRA, 2006, p. 120).

O século XIX foi um período de desenvolvimento e avanço do capitalismo no mundo, o que também trouxe modernização para o Brasil. Foi durante o Segundo Reinado que se pôs fim ao tráfico negreiro, foi promulgada a Lei de Terras, criada a Guarda Nacional e aprovado o primeiro Código Comercial. Era preciso modernizar o sistema de transportes, com a criação de estradas e ferrovias, o que possibilitava a circulação de mercadorias. "Transporte naquele tempo também significava comunicação. O trem de ferro passou a transportar não só mercadorias, mas também informações" (SEABRA, 2006, p. 121).

Em 1870, surgiu o Manifesto Republicano e começou a circular *A República*, primeiro jornal a defender o fim da monarquia. Naquele período, também surgiram novos jornais que foram importantes atores nos acontecimentos políticos do século seguinte. Surgiram o *Jornal do Brasil*, o *Correio Paulistano*, *O País*, o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, jornal influente até os dias atuais.

Para Bahia, a segunda fase da imprensa brasileira começou em 1880, 72 anos depois do nascimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*. "É um tempo de aventura industrial – mais investimentos, renovação do parque gráfico, maior consumo de papel – que abre ao jornal a dimensão de empresa" (BAHIA, 2009, p. 111). Segundo o autor, no início do século XX, a imprensa brasileira estava em estágio empresarial, como ocorreu em países mais desenvolvidos e trouxe experiências e objetivos das organizações industriais.

Foi um período importante da história brasileira, pois dois grandes movimentos ganharam força na opinião pública da época: a campanha abolicionista e a campanha republicana.

> Uma diferença fundamental entre a imprensa da Independência e a imprensa da Abolição e da República está na própria nação. É outro o grau de consciência nacional, são outras as ideias que refletem. Não é só o tempo que as separa. É a sociedade. A emancipação, em 1822, consolida o sentimento de nacionalidade, em 1870. A partir daí tudo se transforma (BAHIA, 2009, p. 117).

Foi neste momento que também surgiram nomes no jornalismo que acolheram as causas e marcaram os debates e a imprensa brasileira. Foram eles Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Joaquim Serra, José Veríssimo, entre outros. Jornais regionais também apoiaram a causa do abolicionismo, como o *Diário de Pernambuco* (Recife), o *Diário da Bahia* e o *Diário de Notícias* (Salvador) e a *Plateia* (São Paulo), mas foi no Rio de Janeiro o centro das tensões e onde circulam os principais jornais apoiadores da causa. A *Gazeta da Tarde*, de José Ferreira de Menezes e José Patrocínio; *O País*, que tem como redator Quintino Bocaiúva; o *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa; e *Cidade do Rio de Janeiro*, de José do Patrocínio.

Abolida a escravidão, os jornais lutaram pela causa republicana. Com o apoio dos cafeicultores e dos militares, a República foi proclamada em 15 de novembro de 1889, pelo marechal Deodoro da Fonseca e marcou o novo período da história brasileira, que vai até os dias de hoje. O fato foi comemorado nas manchetes do dia seguinte.

Dois anos depois, em 1891, nasce o *Jornal do Brasil*, criado por Rodolfo Dantas, Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel e José Veríssimo. Em 1893, Rui Barbosa assumiu a função de redator chefe do periódico.

Como lembra Seabra, no início da República, os jornalistas que protagonizaram os movimentos pelo fim da monarquia enfrentaram um problema: "Os militares que assumiram o poder na implementação do sistema republicano defendiam um regime de força" (SEABRA, 2006, p. 124).

No período conhecido como República Velha, que vai até 1930, foram implementadas diversas medidas no sentido de construir a federação, como a transformação das províncias em estados, a separação da Igreja e do Estado e a criação da Constituição de 1891. Entre os anos de 1889 a 1894, conhecidos como República das Espadas ou República dos Marechais, também foi imposta censura à imprensa, segundo Seabra, para combater os ditos "jornais monarquistas".

Insatisfeitos com o poder centralizado nas mãos dos militares, grupos de cafeicultores lideram revoluções e exigiram a eleição direta para presidente. A República da Espada terminou em 1894, com a posse de Prudente de Morais, líder da oligarquia cafeeira paulista e teve início o período em que o poder esteve centralizado nas principais regiões do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A imprensa daquela época, segundo Seabra, foi marcada pela coexistência de dois grandes grupos, reflexo das disputas pelo poder central nos estados. Os dois grandes jornais que ilustram a situação:

> *O País*, veículo tradicionalista ligado à elite agroexportadora, e o *Correio da Manhã*, jornal que representava as camadas médias da sociedade e fazia uma oposição feroz à política do "café com leite". Os dois veículos assumiam o que os demais jornais tentavam esconder: naquele tempo imprensa tinha que tomar partido, ou corria o risco de desaparecer (SEABRA, 2006, p. 125).

Ainda segundo o autor, entre o servilismo e o oposicionismo, não havia espaço para a imprensa independente. Ele cita o exemplo da Guerra de Canudos, que aconteceu no sertão da Bahia entre 1896 e 1897, em que o jornalista Euclides da Cunha, enviado de *O Estado de S. Paulo* fez a cobertura oficial para o jornal, que daria uma "bela peça publicitária do governo de Prudente de Morais" (SEABRA, 2006, p. 125), mas que depois pôde reescrever suas vivências em Canudos na obra *Os Sertões*.

No início do século XX, no Brasil, o movimento migratório das lavouras para as cidades ganhou ainda mais força e causou o processo da urbanização. Para Bahia, foi nesse momento que o jornalismo brasileiro criou a consciência de que a notícia é sua prioridade. Com a I Guerra Mundial (1914-1918), o mundo sofreu uma grande transformação, que se refletiu no tratamento do sistema de comunicação em massa. O autor notou a significativa evolução no conteúdo e produção dos jornais entre 1910 e 1920:

> A notícia viaja de bonde, de trem e de navio, os meios de transporte de que se valem repórteres em missões de maior mobilidade. O jornal é menos literário e mais noticioso. Nem por isso deixa de atrair escritores e publicistas consagrados. Nas

> oficinas, a linotipo despede o motor a gás e passa a utilizar o motor elétrico (BAHIA, 2009, p. 137).

A década de 20 foi marcada por momentos de conflitos e transformações no cenário brasileiro, que vão levar ao fim da República Oligárquica, em 1930. Alguns acontecimentos – como a Revolta dos 18 do Forte ou Revolta do Forte de Copacabana; a Revolução de 1924, crise em que os militares se revoltaram contra o poder central; a Coluna Prestes, liderada por Luís Carlos Prestes, que pregava ideais de revolução contra o governo e mais tarde contribuiu com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – representam o desgaste do modelo das oligarquias.

Para a imprensa, os anos 20 são importantes pois foi nesse período que surgiram outros dois jornais de grande influência até os dias de hoje: *O Globo*, no Rio de Janeiro e a *Folha de S.Paulo*, que na época era *Folha Manhã*.

A Revolução de 1930 levou Getúlio Vargas ao poder, com o apoio de liberais revolucionários que queriam pôr um fim no poder das oligarquias. Vargas perdeu a eleição para Júlio Prestes, mas com o assassinato do vice de sua chapa, João Pessoa, iniciou-se uma revolução, que o levou a tomar posse do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930. A Era Vargas (1930- 1945) inaugurou um novo capítulo na história brasileira e, consequentemente, na história da imprensa.

Como lembra Seabra, a revolução que levou Vargas ao poder impôs censura à imprensa. Quando assumiu, Vargas tomou medidas centralizadoras, nomeou aliados tenentistas, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, além de suspender a Constituição de 1891. Com a Carta Magna de 1934 e a Assembleia Constituinte de 1933, Vargas foi eleito indiretamente e passou a governar o Brasil não mais de maneira provisória. O período constitucional durou de 1934 a 1937, quando teve início o Estado Novo, período ditatorial da Era Vargas.

Os historiados Neto e Tasinafo (2006) explicam que em 1938 ocorreriam eleições e Getúlio queria evitar o pleito, mas era necessário um fato que gerasse grande impacto para conseguir apoio da sociedade e do congresso.

> Forjou-se nos bastidores do governo a divulgação de um suposto plano que tinha como objetivo a implantação do comunismo no Brasil. (...). Os papéis foram atribuídos à Internacional Comunista, causando comoção e pretexto para uma dura e motivada perseguição aos comunistas. Getúlio obteve do Congresso a aprovação para ampliar seus poderes políticos. (NETO; TASINAFO, 2006, p. 667)

Assim foi instaurado o Estado Novo, período que durou de 1937 a 1945, e transformou o Brasil em uma ditadura civil, com traços populistas. Durante este período, a imprensa passou a ser controlada pelo governo e em 1939 criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pela propaganda do Governo Vargas e pela censura. "Nesse período o jornalismo político, mantido sob controle nas décadas anteriores, praticamente deixará de existir" (SEABRA, 2006, p. 127).

> Anos depois de 30, a censura se abate sobre o país no contexto de um Estado policial, totalitário. Não só a imprensa é vítima, mas também toda a nação é ofendida pela ditadura. A sombra de 37 gera a réplica nacional da pesada e trágica noite de obscurantismo que o nazi-fascismo faz desabar sobre a civilização com a II Guerra Mundial. (BAHIA, 2009, p. 210)

Pressionado com o fim da II Guerra Mundial pela volta da democracia, Getúlio Vargas pôs fim no Estado Novo e teve-se início o primeiro processo de redemocratização do país. "Em 1945, a nação liquida a ditadura. Desde fevereiro são abolidos instrumentos de opressão, a imprensa readquire a sua plena liberdade", (BAHIA, 2009, p. 309).

Seabra (2006) descreveu o período que vem em seguida como "anos de ouro" e disse que a imprensa brasileira viveu seu auge.

> Os jornais e revistas brasileiros entram em uma nova fase, sob forte influência do modelo norte-americano de jornalismo objetivo. O *Diário Carioca* inaugura no país o uso do *lead*, surge nas redações a figura do copidesque, que pretende homogeneizar os textos, a cobertura política ganha nova dimensão com as eleições presidenciais de 1945, que elege Eurico Gaspar Dutra, e as de 1950, que consagra Getúlio Vargas nas urnas (SEABRA, 2006, p. 127).

Ganharam destaque neste período também os jornais *Última Hora*, de Samuel Wainer, e a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. O primeiro com o objetivo de trazer conteúdo político de maneira simples, popular e inovadora. Já a *Tribuna* fazia forte oposição ao governo Vargas. O tradicional *Jornal do Brasil* fez uma grande reforma gráfica e o *Correio da Manhã* dedicou-se à cobertura do poder Legislativo.

O Golpe Militar de 1964, porém, inaugurou um novo momento da história brasileira e, na análise de Seabra, a imprensa vive agora os "anos de chumbo". Muitas foram as transformações vividas no Brasil com os militares no poder.

> O movimento de 31 de março de 1964, que instaurou a ditatura militar no Brasil, visava controlar a "desordem" reinante no governo de Jango e eliminar a ameaça comunista. Em nome da ordem, o Brasil conheceu o duro período no que diz respeito ao controle, por exemplo, da imprensa, dos movimentos sociais, da criação artística e das universidades (NETO; TASINAFO, 2006, p. 837).

Os militares tomaram uma série de medidas que aumentavam os seus poderes e restringiam a atuação da imprensa. O Ato Inconstitucional nº 2 permitia o presidente da

República alterar itens constitucionais, cassar mandatos, suspender direitos políticos e violar a liberdade de imprensa. Mas a criação do Ato Institucional nº5, o AI-5, em dezembro de 1968, foi a medida mais rígida da Ditadura Militar. O Ato cassa direitos políticos de parlamentares, fecha o Congresso Nacional e determina censura prévia à imprensa e espetáculos. Em suma:

> O AI-5 impõe total controle dos meios de comunicação de massa, sujeitando jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, livro, cinema, teatro, música, disco e todas as formas de expressão do pensamento à censura prévia. O presidente da República tem o poder de intervenção nos Estados e municípios, de suspender ou afastar de suas funções funcionários civis e militares, de confiscar bens, confinar e expulsar pessoas, cassar mandatos, invadir domicílios, suspender direitos políticos (BAHIA, 2009, p. 311).

A decisão revoltou setores da sociedade a favor da liberdade de imprensa, mas isso não impediu a polícia de invadir redações e fechar jornais. O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, por exemplo, deixam de circular. O *Última Hora* e outros jornais simplesmente desapareceram e não voltaram mais.

Segundo Antonelli (2017), a instalação da ditadura militar no Brasil, em 1964, impossibilitou que os avanços no jornalismo brasileiro se prolongassem, incorporando, por exemplo, o novo modelo de jornalismo que se desenvolvia nos Estados Unidos e em outras democracias ocidentais.

> No Brasil, sob uma ditadura que se estendeu até 1985, os jornais fizeram uma cobertura política formal e burocrática, restrita às fontes oficiais, salvo raras exceções. As colunas assinadas por jornalistas de prestígio, com informações de bastidores, eram os espaços onde a notícia política se apresentava de forma diferenciada, tentando driblar os censores (ANTONELLI, 2017, p. 23).

Seabra observa que, neste período em que o jornalismo político não pode atuar como o Quarto Poder [1]fiscalizando outros poderes, entra em declínio e o que ganha destaque é a cobertura econômica.

> A forte expansão econômica que ocorreu entre 1969 e 1973, a crise do petróleo que se seguiu e a retomada do ciclo inflacionário a partir de meados da década de 1970 acabou por exigir dos jornalistas um conhecimento mais técnico e menos empírico

[1] O termo Quarto Poder teria sido utilizado por um deputado do Parlamento inglês, McCaulay, segundo Traquina (2005):

> No ano de 1828, ainda sobre a influência da Revolução Francesa, quando McCaulay se referiu-se ao "quarto" *état* (o termo francês para *estate*) ou "poder", tinha como quadro de referência os três *états* da Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o *troisième état*, que engloba os burgueses e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de "poder controla poder" (*power cheeks power*), a imprensa (os media) seria o "quarto" poder em relação aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial (TRAQUINA, 2005, p. 46).

> sobre as notícias que afetavam o bolso dos cidadãos. Não que antes tais assuntos não fossem importantes, mas é que agora a economia desvencilhava-se da política, ganhando espaço nobre nos jornais e revistas (SEABRA, 2006, p. 131).

Foi depois da redemocratização que o jornalismo brasileiro se instalou e se consolidou na maneira em que é feito até hoje. A ditadura militar terminou em 1985 com a eleição do primeiro presidente civil, Tancredo Neves, para presidente da República. Eleito ainda que indiretamente, foi um importante marco para a consolidação da democracia que estava retornando ao Brasil. A Constituição de 1988 cria as novas regras para a democracia brasileira que está em vigor até hoje.

Segundo Bahia, o crescimento da imprensa brasileira após a ditadura militar foi enorme e nos colocou no patamar do jornalismo norte-americano e europeu:

> De 1986 a 1990, os principais jornais brasileiros instalaram na redação e na área de classificados sistemas integrados de computadores (...) isso representa a maior revolução industrial da imprensa brasileira em todos os tempos (BAHIA, 2009, p. 390).

Em termos de conteúdo, segundo Antonelli (2017), o atual período de redemocratização começou com promessas de um jornalismo mais combativo e fiscalizador, mas essa trajetória não foi linear nem perene. Em seu estudo, a pesquisadora concluiu que houve uma mudança significativa na forma como os veículos de comunicação brasileiros tratam política e deram mais espaço, nos últimos 30 anos, período após a redemocratização e os dias atuais, ao noticiário de denúncias. “Os jornais mudaram o comportamento no trato da notícia sobre corrupção, dando a ela mais relevância hoje do que em um passado recente” (ANTONELLI, 2017, p. 173).

1.3 Conceito de *impeachment*

Antes de citar os casos que ocorreram no Brasil, é importante entender o que significa *impeachment*. A palavra americana é traduzida como “impedimento” e é utilizada quando autoridades têm que deixar de exercer as funções para as quais foram eleitas.

Farhat (1996) define *impeachment* como sendo o processo constitucional para responsabilizar e destituir de suas funções o presidente da República – e outras autoridades – por crimes políticos (de responsabilidade) que possam ter cometido.

O artigo 85 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, define que são crimes de responsabilidade “atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal”, especialmente:

- a existência da União;

- livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

- o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

- a segurança interna do país;

- a probidade na administração

- a lei orçamentária;

- o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

O parágrafo único declara que "esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento".

De acordo com Farhat, "comprovados esses crimes, a pena única é a perda do cargo, com inabilitação por oito anos para o exercício de qualquer cargo ou função pública" (FARHAT, 1996, p. 511).

Como vamos ver mais a frente, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff sofreu algumas alterações, determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O Senado Federal votou separadamente o impedimento e a inabilitação da presidente. Assim, no caso de Dilma, os senadores votaram a favor do *impeachment*, mas contra a inabilitação, fazendo com que ela perdesse o cargo, mas não os direitos políticos.

Segundo o site do Supremo Tribunal Federal (STF), "o *impeachment* na Constituição de 1988, no que concerne ao presidente da República: autorizada pela Câmara dos Deputados, por 2/3 de seus membros, a instauração do processo (CF, art. 51, I), ou admitida a acusação (CF, art. 86), o Senado Federal processará e julgará o presidente da República nos crimes de responsabilidade. É dizer: o *impeachment* do presidente da República será processado e julgado pelo Senado Federal".

O que será mostrado a seguir é o contexto histórico em que se encontrava o Brasil em cada um dos dois processos de *impeachment* para, posteriormente, se ver como foi o tratamento da imprensa em cada um deles.

1.4 Histórico dos *impeachments* no Brasil

Em um período de 24 anos, dois presidentes brasileiros sofreram um processo de *impeachment*, isto é, foram impedidos de continuar exercendo suas funções como chefes do Poder Executivo. As figuras são Fernando Collor de Mello, que foi afastado do poder em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016. Por isso, cabe relembrar os acontecimentos que levaram ao afastamento de cada um.

É importante considerar que os dois processos ocorreram em momentos diferentes da história brasileira, e é preciso conhecer os cenários pelos quais o país passava para melhor entender cada um deles.

Após 21 anos de ditadura militar (1964-1985), o Brasil entra no período da redemocratização e tem seu primeiro presidente civil, eleito indiretamente ainda, após duas décadas de comando militar. Tancredo Neves (PSD), porém, é internado um dia antes de tomar posse, morre 37 dias depois, em 21 de abril de 1985, e seu vice, José Sarney, assume o posto. "A posse, marcada para manhã de 15 de março de 1985, teve contornos de nova frustração: o presidente eleito com o slogan 'Muda Brasil' não tomaria posse" (NETO; TASINAFO, 2006, p. 865).

Durante o Governo Sarney, em 1988, foi elaborada a nova Constituição Federal e, em 1989, ocorrem as primeiras eleições diretas para presidente depois de 25 anos de Regime Militar.

Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), foi eleito em segundo turno, que disputou com Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Neto e Tasinafo (2006) dizem que a maciça propaganda televisiva consolidou os temas do candidato. Os autores lembram que Collor baseou sua campanha em uma cruzada moralizadora de "caça aos marajás" e na modernização da administração, com promessa de abertura da economia e maior participação do Brasil no mercado global.

A imprensa, que havia retomado recentemente o direito de se expressar livremente, sem censura, comemorou o marco:

> Estavam estampadas nas páginas dos jornais naquele ano de 1990 a esperança depositada pela maioria dos brasileiros no primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, depois de mais de 20 anos de ditadura militar, e a euforia em torno de um político que se apresentava como diferente e inovador (ANTONELLI, 2016, p. 65).

A euforia com o novo presidente, no entanto, não dura muito. Collor enfrenta problemas econômicos no início de seu governo e levou o Brasil a uma das piores recessões econômicas de sua história. O estudo de Antonelli (2016) acerca do noticiário de denúncias em capas de jornais nos 30 anos de democracia brasileira pós-ditadura mostra que *O Estado de S. Paulo* noticiou no final de 1991, pela primeira vez, uma pequena chamada no pé da primeira página com o título "Irmão de Collor pede que 'PC' explique como enriqueceu". Tratava-se de uma entrevista em que Pedro Collor, irmão do presidente, levantava suspeitas sobre Paulo César Farias, ou simplesmente PC Farias, empresário e tesoureiro da companha de Collor.

Mas o estopim da crise política se deu quando Pedro Collor concedeu uma entrevista à revista *Veja*, publicada em 24 de maio de 1992, com a capa "Pedro Collor conta tudo", em que denunciou seu irmão em um esquema de corrupção:

> Basicamente, a denúncia de Pedro era que o irmão, com a ajuda de um esquema montado por PC Farias, bancava suas milionárias despesas com recursos "achacados" de empresas, primeiro para a campanha presidencial, e depois em troca de contratos com o governo. Recursos que estavam em contas particulares do ex-tesoureiro, no Brasil e no exterior. A Procuradoria Geral da República, posteriormente, revelou que o esquema PC havia movimentado um total de US$ 55 milhões, sendo que Fernando Collor teria se beneficiado diretamente de pelo menos US$ 7 milhões (ANTONELLI, 2016, p. 70).

As acusações e investigações levam ao afastamento do presidente em 29 de setembro de 1992. O processo de *impeachment* foi aceito na Câmara dos Deputados por 441 votos a favor e 38 contra. A votação seguiu para o Senado e, em 29 de dezembro, Fernando Collor renunciou e Itamar Franco, seu vice, assumiu definitivamente o cargo.

Para Seabra (2006), esse foi o momento em que o jornalismo político brasileiro viveu seu Watergate:

> Pressionado por seu envolvimento no Caso Watergate, em 8 de agosto de 1974 o presidente norte-americano Richard Nixon renunciava ao cargo. O caso Watergate foi um episódio de escuta ilegal na sede do Partido Democrata por elementos ligados ao governo, e foi desvendado pelo trabalho de dois repórteres do jornal Washington Post, Bob Woodward e Carl Bernstein (SEABRA, 2006, p. 136).

Apenas 24 anos depois, o Brasil passou por mais um tumultuado processo de *impeachment*. Dessa vez, com a primeira presidente mulher do país, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dilma foi eleita pela primeira vez em 2010 e exerceu o primeiro mandato entre 2011 e 2014. Em outubro de 2014, ela derrotou o candidato Aécio Neves (PSDB), em

disputa acirrada, no segundo turno com 51,64% dos votos, contra 48,36% de Aécio, e foi reeleita como presidente da República. O partido de Dilma, o PT, estava completando o seu quarto mandato à frente do Poder Executivo.

A chegada do PT ao poder em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um marco na política brasileira. Lula e seu partido representavam uma nova esperança para o Brasil, com promessas de desenvolvimento social e renovação política.

> Com um amplo arco de alianças, que superou o isolamento das campanhas anteriores, o candidato recebeu votos de todas as classes sociais de norte a sul do país. A campanha de Lula foi marcada por um apelo à esperança, e muitos viram nele a possibilidade efetiva de mudança- para essa grande massa de esperançosos, o PT conseguiria acabar com a estagnação da economia, promovendo a inclusão social e modernizando as principais estruturas políticas, econômicas e sociais. (NETO; TASINAFO, 2006, p. 878).

Durante o período em que governou o país, porém, o PT se envolveu em alguns escândalos políticos que ganharam destaque na imprensa. O maior deles, até então, foi durante o primeiro mandato de Lula, em 2005, conhecido como escândalo do Mensalão. O esquema foi denunciado pelo deputado Roberto Jefferson, que acusou o governo de comprar votos de parlamentares para que estes votassem matérias de interesse do Poder Executivo. Jefferson denunciou José Dirceu, ministro da Casa Civil do governo Lula, como mentor do esquema.

> Mesmo com as investigações de CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os escândalos associados a integrantes de seu governo, e que duraram até o início de 2006, Lula conseguiu recuperar a popularidade e entrou na disputa eleitoral para um segundo mandato de presidente, colhendo os frutos de seus programas sociais; porém, as denúncias de corrupção em seu governo comprometeram sua credibilidade em diversos setores formadores de opinião (NETO; TASINAFA, 2009, p. 880).

Mesmo estando envolvido em denúncias, Lula se reelegeu em 2006 e Dilma, candidata à sua sucessão presidencial, que foi ministra de Minas e Energia e da Casa Civil de seu governo, foi eleita em 2010 e 2014. Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), participou como vice-presidente da chapa nas duas eleições. O PMDB, que fez parte da base do PT por anos, rompeu com o governo mais adiante.

Durante o primeiro mandato de Dilma, o governo enfrentou alguns escândalos midiáticos, como foi estudado por Antonelli (2016). A autora notou uma postura mais atuante dos jornais e uma tendência a dar mais atenção ao noticiário de denúncias de corrupção cometidas por pessoas públicas. “Os jornais mudaram o comportamento no

trato da notícia sobre corrupção, dando a ela mais relevância hoje do que em um passado recente" (ANTONELLI, 2016, p. 173).

O i*mpeachment* de Dilma, no entanto, não estaria ligado diretamente a um escândalo de corrupção revelado pela imprensa, como ocorreu com Collor. O pedido de *impeachment* de Dilma foi elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, ex-filiado ao PT e um dos fundadores do partido, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr, que pediam a saída da presidente com base em argumentos jurídicos que mostravam irregularidades na administração de Dilma. Cidadãos podem se organizar e encaminhar pedidos de *impeachment* à Câmara dos Deputados, mas cabe ao presidente da casa abrir o processo ou não. O pedido que foi acatado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e se baseava em crimes de responsabilidade cometidos pela presidente.

O documento afirma que durante o primeiro mandado e início do segundo a contabilidade da União não espelhou o verdadeiro quadro das contas públicas, o que ficou conhecido como pedaladas fiscais. Segundo os autores, a prática de atrasar ou adiantar o repasse de recursos para instituições como BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal era um recurso utilizado por Dilma para maquiar a verdadeira condição fiscal do país, que estava pior do que era divulgado. Além disso, as contas presidenciais de 2014 foram rejeitadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) e essa prática configura crimes de responsabilidade, segundo o artigo 11, itens 2 e 3 da Lei do *Impeachment*. O pedido mencionava ainda a edição de decretos para crédito suplementar sem a autorização do Congresso. Os créditos serviriam para cumprir a meta fiscal do governo, estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, o que significava que o governo não seria capaz de cumprir a meta. Segundo Hélio Bicudo, isso fere o artigo 10 da Lei do *Impeachment*, que estabelece que é crime infringir a lei orçamentária estabelecida pelo Senado Federal.

A petição citava outros fatos como acusações ligadas às contas da campanha de reeleição de Dilma e denúncias relacionadas ao escândalo da Petrobrás, mas o texto analisado pela Câmara dos Deputados foi editado e o que sustentou o pedido foram as pedaladas fiscais e decretos suplementares.

No dia 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha aceitou o pedido de *impeachment* entregue pelos juristas e teve início o processo que levaria Dilma a perder o cargo de presidente da República.

O conflito entre Dilma e Cunha, porém, havia começado há mais tempo. Pimenta (2015) realizou uma pesquisa em que busca identificar se as recomendações feitas por Nicolau Maquiavel em seu livro *O Príncipe*, escrito em 1513, ainda são seguidas na política brasileira e, para isso, estudou o caso de movimentos realizados por Dilma e Cunha em 2015, um ano antes do *impeachment*. Segundo o autor, o conflito entre os dois políticos foi motivado, em última instância, pela busca do poder.

> O embate se materializou da seguinte forma, em resumo: Dilma buscou evitar a eleição de Cunha para a presidência da Câmara; depois, os deputados, liderados por Cunha, tanto aprovaram uma série de propostas que foram contra os interesses do governo, elevando os gastos públicos, quanto dificultaram a aprovação das proposições defendidas pelo governo. A crise política se deu num período em que o país passava por dificuldades econômicas (PIMENTA, 2015, p. 6).

O embate Dilma e Cunha leva algumas pessoas a questionar a verdadeira motivação do então presidente da Câmara em levar adiante o pedido de impedimento da presidente. Pimenta (2015) cita alguns exemplos do que levou à briga entre os chefes do Executivo e do Legislativo:

> Em razão da associação entre PT e PMDB no Poder Executivo, o que garantiu aos peemedebistas um grande espaço nos ministérios e na máquina pública, os projetos de lei de interesse do governo foram aprovados sem maiores dificuldades pelo Poder Legislativo [...]. Entretanto, muitos deputados federais estavam cansados de terem seus votos comandados pelo governo do PT, de se verem como meros chanceladores dos projetos do Palácio do Planalto. Dilma era mais criticada do que seus antecessores. (PIMENTA, 2015, p. 24)

Mesmo questionado por alguns grupos, o processo seguiu a tramitação na Câmara dos Deputados. Ainda em dezembro de 2015, foi formada uma comissão especial para analisar o pedido. A comissão, no entanto, foi desfeita pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou novas regras para o andamento do processo de *impeachment*, com algumas alterações em relação ao processo de Collor em 1992. O novo rito previa que o Senado teria direito de votar pela abertura do inquérito, após a decisão passar pelo plenário da Câmara.

Em março de 2016, foi criada outra comissão especial, seguindo as determinações do STF e que teve seus integrantes indicados por líderes partidários e aprovados pelo plenário da casa. A comissão trabalhou por cerca de 20 dias e encerrou-se no dia 11 de abril. O parecer do deputado relator Jovair Arantes (PTB) a favor da abertura do processo

foi aprovado por 38 votos contra 27 e seguiu para o plenário. A Câmara dos Deputados aprovou a abertura do inquérito contra a presidente Dilma Rousseff no dia 17 de abril de 2016, com 367 votos a favor. A presidente ainda não tinha sido afastada.

O processo seguiu então para o Senado, onde foi criada uma comissão que analisaria o mérito das acusações. Por recomendação do STF, foi criada uma comissão com 21 senadores para discutir a abertura do inquérito. O parecer do senador Antônio Anastasia (PSDB) foi aprovado por 15 votos a 5 e seguiu para o plenário do Senado.

No dia 11 de maio de 2016, o Senado decide pela abertura do processo contra Dilma, por 55 votos versus 22, e a presidente é oficialmente afastada do cargo. Michel Temer, seu vice, assume a posição de presidente da República.

O processo continuou em tramitação no Senado, com a mesma comissão especial formada para analisar o *impeachment*. Durante maio e julho, tanto a acusação quanto a defesa adicionaram novos fatos ao caso e um novo parecer foi votado. O relatório foi aprovado na comissão por 14 votos a 5 e depois no plenário do Senado com 59 votos favoráveis.

Por fim, o processo se encerra com o julgamento, que ocorreu durante os dias 26 a 31 de agosto de 2016 no plenário do Senado, presidido pelo presidente do STF. No último dia de sessão, os senadores votaram e, com 61 votos, Dilma foi condenada por crime de responsabilidade e perdeu oficialmente seu mandato. Porém, o Senado deveria julgar também a inabilitação de Dilma, isto é, se a presidente perderia direitos políticos. Foram 42 votos a favor da inabilitação, contra os 54 necessários, então a presidente perdeu o mandato como presidente, mas continuou com o direito de exercer qualquer função pública.

2. Metodologia

Segundo Porto, a Análise de Conteúdo (AC) foi definida nos Estados Unidos entre o final da década de 40 e início da década de 50 por Bernard Berelson, que a conceituava como "técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifestado da comunicação" (PORTO, 2015, p. 11). Para simplificar, o autor descreve que os analistas de conteúdo analisam as mensagens constantes das notícias de jornal/imprensa (2015, p. 16).

Como já apresentado anteriormente, este trabalho busca fazer uma análise das manchetes dos jornais *Folha de S.Paulo, O Globo* e *O Estado de S. Paulo* durante os dois processos de *impeachment* que ocorreram no Brasil e as principais perguntas que este estudo visa responder são:

- *Quais as semelhanças e diferenças nas coberturas dos dois processos?*
- *É possível identificar um padrão?*
- *Houve mudança de comportamento do mesmo jornal de um processo para o outro?*
- *As manchetes eram mais positivas, negativas ou neutras para a figura que estava sofrendo o processo?*

Procura-se identificar quantas vezes e de que forma o tema *impeachment* foi tratado nas manchetes dos três jornais impressos de maior circulação do país. Busca-se identificar a relevância que o tema tinha em cada época e o que era dito nas manchetes. A escolha das manchetes se deu porque entendeu-se que a manchete é o espaço dado à notícia mais importante da edição do jornal.

Os jornais foram escolhidos por serem os três jornais impressos de maior circulação nacional[2] de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), entidade sem fins lucrativos responsável pela auditoria multiplataforma de mídia.

[2] Segundo dados do IVC divulgados pelo portal Poder360, em 2016, a tiragem diária média, somando impresso e digital, da *Folha de S.Paulo* foi 308.596 . Em segundo lugar veio *O Globo*, com média de 291.667 e, depois, o jornal *O Estado de S. Paulo* com 207.250.

Em um segundo momento, procura-se identificar, dentro das manchetes estudadas, o conteúdo noticiado, ou seja, o que diziam as manchetes. Para tal, a pesquisa dividiu o conteúdo das manchetes em três categorias: manchetes negativas, neutras e positivas, sempre do ponto de vista da figura que estava sofrendo o processo de impeachment. Para ilustrar os resultados obtidos, serão apresentados gráficos e tabelas.

É importante descrever aqui quais os critérios foram usados para classificar uma manchete como manchete que tratava do assunto impeachment e como as manchetes foram divididas em positivas, neutras e negativas.

- **Manchetes para o assunto impeachment**: todas as manchetes que tratavam, de alguma forma, o processo ou que tinham os atores envolvidos. Manchetes que falavam de estratégias do acusado para ganhar força, manobras do governo para conseguir apoio, manifestações populares e pesquisas que apontavam a opinião do público e que traziam datas e informações de como ocorreria o rito do impeachment dentro da Câmara dos Deputados. Manchetes que tratavam de outras denúncias contra o presidente, mas que não tinham relação com o *impeachment*, não entraram na análise. Ficaram de fora do estudo também as manchetes que tratavam de outros personagens da época, mas que não tinham relação direta com o processo.
- **Manchetes positivas**: chamadas principais que sejam positivas para o acusado, a pessoa que estava sofrendo o processo de impeachment. Aqui entraram as manchetes que dão "voz" ao acusado, que sinalizam que ele tem apoio da sociedade, de políticos ou de um grupo e manifestações populares a favor do acusado.
- **Manchetes neutras**: foram consideradas neutras as manchetes puramente informativas, que traziam dados ou datas do processo de impeachment sem causar prejuízo ou beneficiar a imagem do acusado. Também manchetes com decisões do STF e da Câmara dos Deputados, aparentemente neutras. Nesta categoria entraram, também, manchetes divididas, que trouxeram uma informação positiva para o acusado e uma negativa, como será visto mais adiante no trabalho.
- **Manchetes negativas**: todas as chamadas que deram força para o *impeachment*, como novas denúncias que prejudicavam a imagem do/da presidente acusado/a, estratégias usadas como compra de votos e outras manobras políticas com a

finalidade de conseguir apoio, manifestações populares contra o acusado/a, além de pesquisas de opinião que apontavam para uma derrota.

Foram analisadas manchetes dos 30 dias que antecederam a votação na Câmara dos Deputados que aprovou o prosseguimento do processo de *impeachment*. Isso por entender-se que este foi o mês crucial para o futuro do presidente que estava sendo acusado. O trabalho também incluiu a manchete que noticiava a decisão da Câmara. Desta forma, pegou-se a manchete do dia seguinte à votação e fez-se a análise dos demais 29 dias que antecederam aquela chamada.

No caso de Collor de Mello, a manchete do dia 30 de setembro de 1992 noticiava o seu afastamento do cargo de Presidente da República. A decisão foi tomada pela casa no dia 29 de setembro. Então, neste trabalho entraram as manchetes do 1 de setembro de 1992 ao dia 30 do mesmo mês.

No caso de Dilma Rousseff, a manchete que noticiava que a aprovação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados foi do dia 18 de abril de 2016. Da mesma forma, a decisão foi tomada um dia antes, 17 de abril, em votação na Câmara. Neste dia, porém, a presidente não foi afastada, porque o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que ela só deixaria o cargo provisoriamente depois de aval também do Senado. Ainda assim, a data foi escolhida porque é a votação que mais se assemelha à de Collor, em 1992. Desta forma, no caso Dilma foram analisadas as manchetes do dia 20 de março de 2016 ao dia 18 de abril do mesmo ano, totalizando 30 dias de análise.

No primeiro momento da pesquisa, foi feita a análise de cada caso individual. Estudou-se o processo em 1992 e como os três jornais deram relevância para o impeachment naquele período. Em um primeiro momento, foram selecionadas as manchetes que tratavam o assunto *impeachment*. Dentro desta categoria, selecionou-se quantas manchetes citaram o nome do presidente, quantas usaram o termo *impeachment* e quantas manchetes foram positivas, negativas ou neutras para Fernando Collor. O mesmo estudo foi feito para as manchetes de 2016. Será descrito quantas manchetes cada jornal deu para o tema, quantas vezes usou o nome da presidente e quantas manchetes foram negativas, positivas ou neutras.

Em um segundo momento da pesquisa, foi feita a comparação dos dois processos. Será exposto neste trabalho em qual ano foi dada maior relevância para o assunto *impeachment* e se o percentual de manchetes positivas, negativas e neutras foi semelhante

ou diferente nos dois anos. Ainda será feito um levantamento do comportamento de um mesmo jornal nos dois processos para se identificar se o veículo teve uma postura semelhante ou diferente de um período para o outro.

Por fim, ainda é feita uma análise sobre temas que podem ser comparados nos dois anos: a imagem dos vice-presidentes, as figuras que iriam substituir os dois presidentes caso o processo fosse para a frente, o uso do termo “golpe” e cobertura das manifestações populares.

3. Análise das manchetes

Este capítulo vai primeiro recordar o caso do *impeachment* de Collor de Mello, em 1992, e depois o de Dilma Rousseff, em 2016. A seguir, é feita uma análise da cobertura jornalística de cada caso e também será feita uma comparação entre as duas coberturas, na expectativa de se identificar semelhanças e diferenças nas manchetes e nas edições dos jornais.

3.1 O caso Collor

O processo de investigação que levou ao afastamento de Fernando Collor de Mello, em 1992, teve início com a entrevista de seu irmão, Pedro Collor, à revista *Veja*, publicada na edição do dia 24 de maio do mesmo ano. O irmão acusou o presidente de se beneficiar de um esquema montado por Paulo César Farias (o PC Farias), tesoureiro de sua campanha eleitoral. Para investigar as irregularidades, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso e foram descobertas contas "fantasmas" no exterior operadas por PC, empréstimos fraudulentos para financiar a campanha de 1989, desvio de dinheiro público e outros escândalos.

A publicação deu início à crise política que levaria Collor a deixar o cargo. Após a reportagem, a imprensa brasileira passou a fazer jornalismo investigativo, denunciando ações do presidente e de PC Farias. Em 1992, no episódio da queda de Collor, a imprensa brasileira demonstrou fôlego e força para influir no desfecho da crise (ANTONELLI, 2016, p. 35).

As análises deste estudo começam no início de setembro, quando a imagem de Collor já estava afetada pela opinião pública, mas o presidente continuava buscando apoio e esperava vencer a luta contra o *impeachment*, como noticiam os jornais. No final de agosto, Collor fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e TV. A fala do presidente, que garantiu que não iria renunciar ao mandato, foi manchete dos três jornais no dia seguinte.

Logo no começo da análise, os três jornais estão falando do processo de *impeachment*. Segundo a *Folha de S.Paulo*, é no dia primeiro de setembro que tem início na Câmara a "batalha pelo *impeachment*".

No dia 2 de setembro, *O Globo* e *O Estado* tem como manchete pesquisa do Ibope que apontava o desejo da população pela saída de Collor. *O Globo* noticia "Ibope: maioria

é a favor da renúncia" e *O Estado* "Maioria quer saída de Collor". Já a *Folha* mostra que o presidente estava perdendo apoio com a manchete "PFL abandona Collor e a Câmara já examina o pedido de *impeachment*".

No dia 8 de setembro, a *Folha* e *O Globo* noticiaram como chamada principal que Collor recebeu vaias durante o desfile de 7 de setembro. O Estadão foi o único que, como manchete, noticiou que "PC tinha um manual de corrupção", mas em pesquisa complementar da capa, também comentou as vaias do presidente no desfile.

Durante o período analisado, alguns outros escândalos ganharam destaque no noticiário, principalmente os relacionados ao presidente. No dia 14 de setembro, a *Folha* noticia que "Disquete prova que PC tinha esquema para liberar NCz$", referindo-se à moeda da época, o Cruzado.

No dia 19 de setembro, os três jornais dão manchete para o mesmo tema, outro escândalo que prejudica a imagem do presidente, cujo processo de *impeachment* já estava avançado na Câmara. É o afastamento de Lafaiete Coutinho da presidência da Fundação Banco do Brasil. Segundo a edição do *Estado* de 19 de setembro de 1992, Lafaiete é acusado de distribuir verbas com desvio de finalidades e para beneficiar políticos. Segundo a capa d'*O Globo* do mesmo dia, Lafaiete fazia parte da "tropa de choque" do Planalto e as verbas da Fundação estavam sendo desviadas para atender objetivos de políticos na luta do governo contra o *impeachment*.

Já no dia 22 de setembro, outra denúncia é manchete de *O Estado de S. Paulo* e d'*O Globo*, o depoimento à Polícia Federal de Maria Izabel Teixeira, secretária particular da primeira dama, Rosane Collor. *O Estado* noticiou "Secretária liga Rosane a fantasmas" e *O Globo* teve como manchete "Secretária diz que gastou US$ 1 milhão de PC com d. Rosane e Casa da Dinda". Segundo as reportagens dos jornais, Maria Izabel foi ouvida no inquérito que apura o envolvimento de Collor no esquema de PC Farias e confessou à Polícia Federal que usava dinheiro depositado por "fantasmas" em sua conta para pagar despesas da primeira dama e a reforma na casa da Dinda, residência oficial do presidente.

No dia 29 de setembro ocorreu, na Câmara dos Deputados, a votação que autoriza o prosseguimento do processo de *impeachment*. Uma semana antes da votação, os jornais deram muita relevância para o tema, quase todas as manchetes foram dedicadas para o rito que ocorreria no Congresso.

As análises deste capítulo, como dito, começam no dia 1 de setembro de 1992 e vão até o dia 30 de setembro do mesmo ano, dia em que os jornais noticiaram o afastamento do presidente. Foram 30 manchetes analisadas de três jornais, totalizando 90 manchetes de 1992.

3.1.1 Análise das manchetes

Para este trabalho, foram consideradas manchetes relacionadas diretamente ao tema *impeachment* as chamadas que falavam sobre ações do presidente, estratégia de defesa, processo na Câmara dos Deputados, decisões no STF relacionadas ao rito do *impeachment* e pesquisas de opinião que representavam o pensamento da sociedade sobre o tema.

Desta forma, das 30 manchetes observadas da *Folha de S.Paulo*, 27 falam diretamente sobre o processo de *impeachment* (90,0%). Dessas, 16 manchetes citam o nome Collor (59,3%), 9 usam a palavra *impeachment* (33,3%) e uma usa a palavra antiimpeachment (3,7%).

O Globo trata do assunto 24 vezes (80,0%) das 30 manchetes analisadas. Dentro destas chamadas, o jornal cita o nome do presidente Collor em 14 manchetes (58,3%), e a palavra *impeachment* aparece 10 vezes (41,6%).

O Estado de S. Paulo fala sobre o tema diretamente em 24 manchetes (80,0%). O jornal usa o nome do presidente Collor em 13 das 24 manchetes (54,2%), e a palavra *impeachment* aparece em 5 manchetes (20,8%). Aqui, ainda aparecem nas manchetes o nome do irmão do presidente, Pedro Collor, uma vez (4,2%) e a palavra antiimpeachment também uma vez (4,2%).

Das 90 manchetes analisadas em 1992 dos três jornais, 75 trataram do *impeachment* (83,3%). Dentro dessas manchetes, o presidente foi citado 43 vezes pelos jornais (57,3%) e a palavra *impeachment* foi usada 24 vezes (32,0%). Os números mostram a relevância que o assunto teve na imprensa na época. O resumo está na tabela 1:

Tabela 1: Vezes que os jornais trataram do tema *impeachment*, usaram o nome Collor e *impeachment* em 1992

	Manchetes para o tema *impeachment*	Collor	*Impeachment*
Folha de S.Paulo	27	16	9
O Globo	24	14	10
O Estado de S. Paulo	24	13	5
Total	**75**	**43**	**24**

Fonte: dados da pesquisa

Os jornais ainda deram destaque ao que a sociedade pensava naquele momento. As pesquisas de opinião sobre a permanência de Collor no poder apareceram em 4 manchetes dos três jornais (5,3%), uma na *Folha de S.Paulo*, uma n'*O Globo* e 2 no *Estado*. A *Folha* publicou ainda uma manchete relacionada a uma outra pesquisa em que diz que "Maioria prefere parlamentarismo". Essa manchete não entra na conta das manchetes relacionadas ao tema, nem das pesquisas, mas mostra que a população estava insatisfeita com o sistema político devido aos escândalos de corrupção.

Foram poucas as manchetes, no período estudado, que fugiram totalmente da situação política em que o Brasil se encontrava. É possível identificar, com a análise quantitativa, que o assunto tinha relevância máxima nos jornais daquele momento.

Cabe lembrar que, além das manchetes, o assunto aparecia em outras chamadas de capa e, é claro, dentro do caderno de política.

3.1.2 Categorização das manchetes

Para este trabalho, as manchetes foram classificadas em três categorias: positivas, neutras e negativas em relação ao personagem que sofria o processo de *impeachment*. No caso de Collor, as manchetes positivas são aquelas que dão "voz" ao acusado, que mostram manifestações em favor dele ou pesquisas que indiquem a sua vitória. As manchetes neutras são as que tratam do processo de maneira aparentemente imparcial, do rito do *impeachment*, de decisões do STF e da Câmara dos Deputados sem qualquer viés

que indique que foi uma perda ou ganho para o presidente. Já as manchetes negativas são aquelas que dão mais força para o *impeachment*, como denúncias, novas revelações, estratégias de compra de voto por parte do governo, manifestações populares e pesquisas que indiquem a derrota do acusado no processo.

Para a análise de conteúdo, foram consideradas somente as manchetes que entraram, segundo a análise quantitativa, na contagem de chamadas relacionadas ao *impeachment*. No caso Collor foram observadas 75 manchetes.

Com esta análise, busca-se compreender o comportamento dos três jornais durante a cobertura dos processos de *impeachment*.

Das 27 manchetes que a *Folha de S.Paulo* dedicou ao tema, 19 foram negativas para o presidente (70,3%), 5 foram neutras (18,5%) e 3 foram consideradas positivas (11,1%).

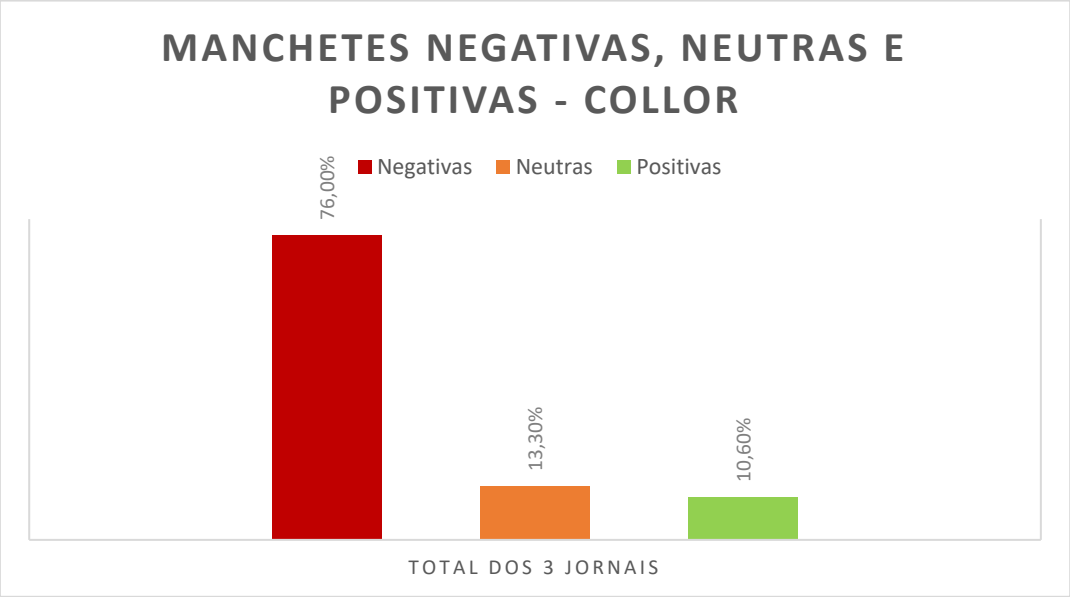
O Globo, que dedicou 24 manchetes para o tema, deu 20 manchetes negativas para Collor (83,3%), 3 manchetes neutras (12,5%) e 1 manchete positiva (4,2%).

O Estado de S. Paulo, que tratou do assunto 24 vezes no mês, deu 18 manchetes negativas para o presidente (75,0%), 2 neutras (8,3%) e 4 positivas (16,6%).

No total, das 75 manchetes que os três jornais dedicaram ao tema *impeachment*, 57 foram negativas (76,0%), 10 neutras (13,3%) e 8 positivas (10,6%).

Os números estão ilustrados nos gráficos abaixo:

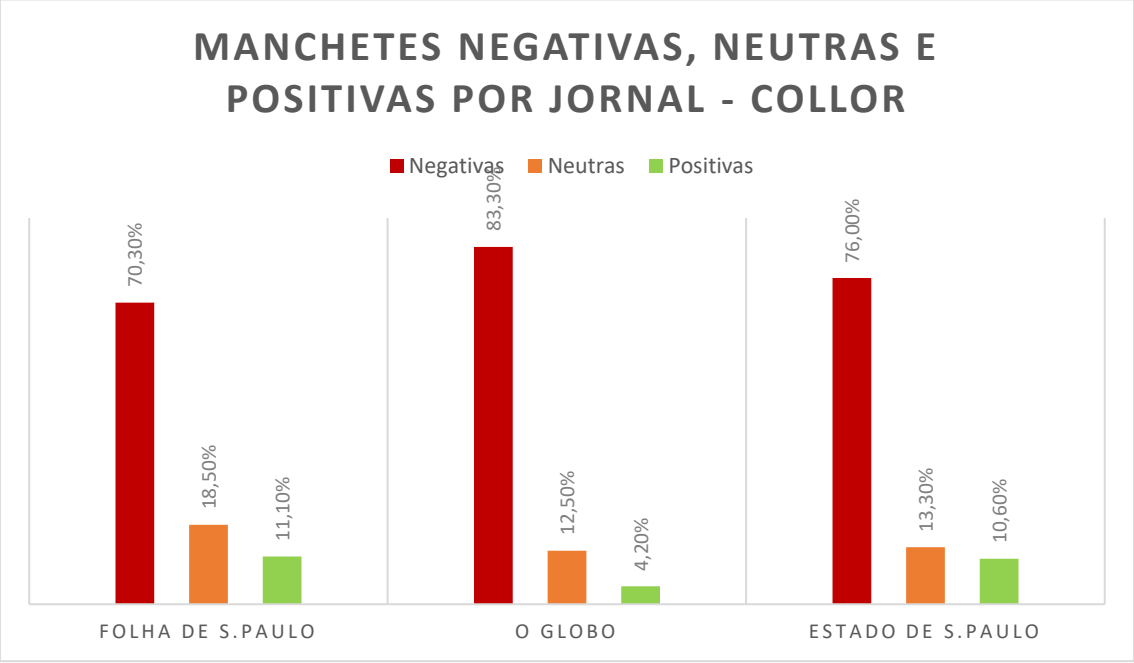
Gráfico 1: manchetes negativas, neutras e positivas para Collor em 1992



Fonte: dados da pesquisa

No próximo gráfico, estão detalhadas as manchetes negativas, neutras e positivas por jornal.

Gráfico 2: manchetes negativas, neutras e positivas para Collor por jornal em 1992



Fonte: dados da pesquisa

Em termos percentuais, *O Globo* foi o jornal que mais teve manchetes negativas para o presidente Collor e a *Folha* foi o jornal com maior quantidade de manchetes positivas. Ainda assim, os três jornais tiveram um percentual muito mais alto de matérias negativas, o que mostra a atuação crítica da mídia no período.

No geral, os três jornais adotaram uma postura crítica em relação ao governo, denunciando irregularidades, novas descobertas da CPI que pioravam a imagem do governo e manobras de compra de votos e troca de cargos para agradar parlamentares que votariam o *impeachment*.

As manchetes positivas identificadas foram as que deram voz ao acusado e mostraram que ele estava confiante. Estas manchetes, como a do *Estado* no dia 13 de setembro que diz "Collor inicia guerra antiimpeachment", mostravam força do presidente, que estava decido a encarrar o processo, sem renunciar e com a esperança de que sairia vitorioso.

No *corpus* da pesquisa também foi identificada uma grande quantidade de manchetes neutras. Os três jornais analisados tiveram mais manchetes neutras do que positivas para o presidente.

No dia 30 de setembro, todos os jornais noticiam em letras garrafais o afastamento do presidente. A *Folha* parece anunciar em tom comemorativo quando escreve, em cima da manchete "IMPEACHMENT!", "vitória da democracia". A capa do jornal nesse dia é colorida, o que não acontece com as outras edições. *O Globo* publica um editorial pedindo a renúncia de Collor e tem como manchete "Collor está fora do poder" e o *Estado* estampa na primeira página como votou cada deputado abaixo da manchete "COLLOR FORA". (Ver anexo – manchetes do dia 30/09/92)

3.2 O caso Dilma

O pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff foi escrito e apresentado por três juristas- Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr e Hélio Bicudo- que a acusaram de crime de responsabilidade. O pedido foi aceito pela Câmara em dezembro de 2015. Uma comissão chegou a ser criada para analisar o pedido ainda no mesmo mês, mas foi anulada pelo Supremo. O processo só começou a avançar realmente na Casa em março de 2016, com a criação da comissão que analisa o pedido de *impeachment* e com as regras para o rito estabelecidas pelo STF.

O início da série de análises coincide com o período em que é instalada na Câmara a comissão especial responsável por analisar o processo de *impeachment*, mas o que ganha destaque nos jornais são outras crises que o governo enfrentava.

É importante lembrar que, durante este período, outro assunto ganha destaque na mídia: as investigações da Operação Lava Jato. Como observa Antonelli (2016), a partir de 2015, a cobertura de escândalos políticos se tornou mais acentuada com a deflagração da Operação Lava Jato, grande esquema de corrupção que envolve políticos, executivos e grandes empresas e conta com a atuação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal.

> A deflagração da Operação Lava Jato em março, combinada com a eleição presidencial mais disputada da História recente do país, estabeleceu em 2014 um novo desenho para a presença e relevância das denúncias de corrupção nos jornais, alterando a tendência dos anos de eleição verificada pela pesquisa ao longo de 30 anos (ANTONELLI, 2016, p. 139).

A partir de então, a imprensa passou a noticiar com mais frequência, e dando mais relevância ao tema, denúncias de corrupção envolvendo agentes públicos, desvio de dinheiro e prisão de políticos e grandes empresários.

Em meados de março, os três jornais falavam sobre o caso do ex-presidente Lula, que havia sido nomeado ministro por Dilma, mas teve a nomeação suspensa. No dia 16, Dilma anunciou Lula como novo ministro-chefe da Casa Civil e, horas depois, o juiz Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Lava Jato, quebrou o sigilo de gravações que indicavam que a nomeação do ex-presidente havia sido feita para dar a Lula foro privilegiado. Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a nomeação, e Lula deixou de ser ministro um dia após a cerimônia de posse. No dia 18, os três jornais deram manchete para a história. O *Estado* trouxe na capa "O dia em que o ex-presidente sofreu para virar ministro", *O Globo* noticiou que "Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula" e a *Folha* anunciou que "Reações em série ampliam isolamento de Dilma e Lula".

No dia 23 de março, os três jornais dão a manchete para o mesmo assunto: o presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, decide fazer um acordo de delação premiada com o Ministério Público. O assunto continua na capa dos jornais no dia 24, quando reveladas as planilhas da construtora Odebrecht, que atingem centenas de políticos envolvidos no esquema de corrupção. A *Folha* fala que as planilhas citam 24

partidos e 316 políticos, o *Estado* revela repasse a 229 políticos e *O Globo* fala em 200 políticos.

Em paralelo, o processo de *impeachment* de Dilma continua a avançar na Câmara. No dia 22 de março, *O Globo* tem como manchete "Governo já vê risco de derrota no *impeachment*". No mesmo dia, a *Folha* noticia que "Dilma já prepara ação no STF contra *impeachment*".

Já no dia 25 de março, os jornais começam a noticiar movimentos do PMDB para abandonar o governo. O partido do vice-presidente, Michel Temer, era um aliado histórico do PT, além de ter maioria na Câmara dos Deputados. Quando o partido decide romper com o governo Dilma, no dia 29, todos os jornais trazem o assunto para a primeira página. A *Folha* noticia que "Maior sigla no Congresso, PMDB abandona governo". Já o *Estado* diz que "PMDB deixa Dilma e vai trabalhar por *impeachment*" e *O Globo*, "PMDB rompe com Dilma hoje, e PT já declara guerra a Temer".

A partir de então, os jornais começam a noticiar, quase todos os dias, na manchete principal, o andamento do processo de *impeachment*.

As análises deste capítulo vão do dia 20 de março de 2016 ao dia 18 de abril do mesmo ano. No dia 17 de abril a presidente não foi afastada, mas foi o dia em que a Câmara dos Deputados deu o aval para o processo de impedimento seguir. Para o afastamento, faltava o aval do Senado, que foi dado no dia 11 de maio, menos de um mês depois. A votação do dia 17 na Câmara foi significativa e no dia 18 de abril os jornais noticiavam o avanço do processo, quase dado como certo. *O Globo*, por exemplo, deu a manchete "Perto do fim". Já a *Folha* noticiou em letras garrafais "IMPEACHMENT!", remetendo à mesma capa que deu no dia em que Collor foi afastado e o *Estado*, também em letras garrafais e em edição especial, noticiou IMPEACHMENT AVANÇA.

Foram 30 manchetes analisadas de três jornais durante o mês que antecedeu a votação na Câmara, totalizando 90 manchetes analisadas do ano 2016. Assim, foi analisada a mesma quantidade do período Collor, o que ajuda na comparação.

3.2.1 Análise das manchetes

Aqui, foram consideradas manchetes relacionadas ao processo de *impeachment* as chamadas que falam sobre o andamento do processo na Câmara dos Deputados, estratégias do Governo relacionadas diretamente à votação, pesquisas de opinião que

indicavam posicionamento da população sobre o assunto e as manifestações populares, tanto pró quanto contra o *impeachment*.

Dessa forma, das 30 manchetes analisadas durante o mês que antecedeu a votação na Câmara para a continuação ou não do processo de *impeachment* em 2016, a *Folha de S.Paulo* deu 20 manchetes para o assunto (66,6%). Dessas, usou o nome Dilma 9 vezes (45,0%) e a palavra *impeachment* 13 vezes (65,0%).

No jornal *O Globo* o tema apareceu em 24 manchetes durante o mês (80,0%). O nome da presidente Dilma apareceu 10 vezes (41,6%) e a palavra *impeachment* esteve em 8 manchetes (33,3%) das que trataram o tema.

No *Estado de S. Paulo*, foram encontradas 22 manchetes relacionadas ao *impeachment* (73,3%), o nome Dilma apareceu 9 vezes na chamada principal (40,9%), e a palavra *impeachment* 12 vezes (54,5%).

Nas 90 manchetes vistas durante o mês nos três jornais, o tema foi destaque de 66 edições (73,3%). Dessas, o nome Dilma apareceu em 28 manchetes (42,4%) e a palavra *impeachment* 33 vezes (50,0%). Os dados estão na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Vezes que os jornais trataram do tema *impeachment*, usaram o nome Dilma e *impeachment* em 2016

	Manchetes para o tema *impeachment*	Dilma	*Impeachment*
Folha de S.Paulo	20	9	13
O Globo	24	10	8
O Estado de S. Paulo	22	9	12
Total	**66**	**28**	**33**

Fonte: dados da pesquisa

Algumas pesquisas de opinião também apareceram nas manchetes durante o caso Dilma. A *Folha* deu uma manchete no dia 20 de março "68% defendem *impeachment*" e no dia 10 de abril "61% defendem *impeachment* de Dilma, e 58% o de Temer". São as

únicas manchetes para pesquisa na amostra (2,2%). *O Estado* e *O Globo* não deram nenhuma manchete para pesquisa durante o mês analisado.

Da mesma forma que aconteceu durante o processo de Collor, durante o *impeachment* de Dilma os jornais deram grande relevância ao assunto, mas ele apareceu menos vezes. Nota-se que durante esse período a operação Lava Jato também disputa espaço nas manchetes e outros personagens, que não estão diretamente ligados ao processo de *impeachment* de Dilma, ganham destaque.

3.2.2 Categorização das manchetes

Da mesma maneira que foi feito com o caso Collor, as manchetes do período Dilma foram divididas entre positivas, neutras e negativas. As positivas referiam-se a protestos pró-governo e vezes em que Dilma apareceu nas capas se defendendo. As manchetes neutras, nesse caso, foram para manchetes que não posicionam uma visão de vitória ou derrota do governo e as manchetes negativas são as que apresentam denúncias, novos casos que são ruins para a imagem do governo e processo na Câmara que indica a derrota de Dilma.

Entraram na análise as manchetes que foram consideradas relacionadas ao tema *impeachment* de acordo com a análise quantitativa. No caso de Dilma, foram 66 manchetes.

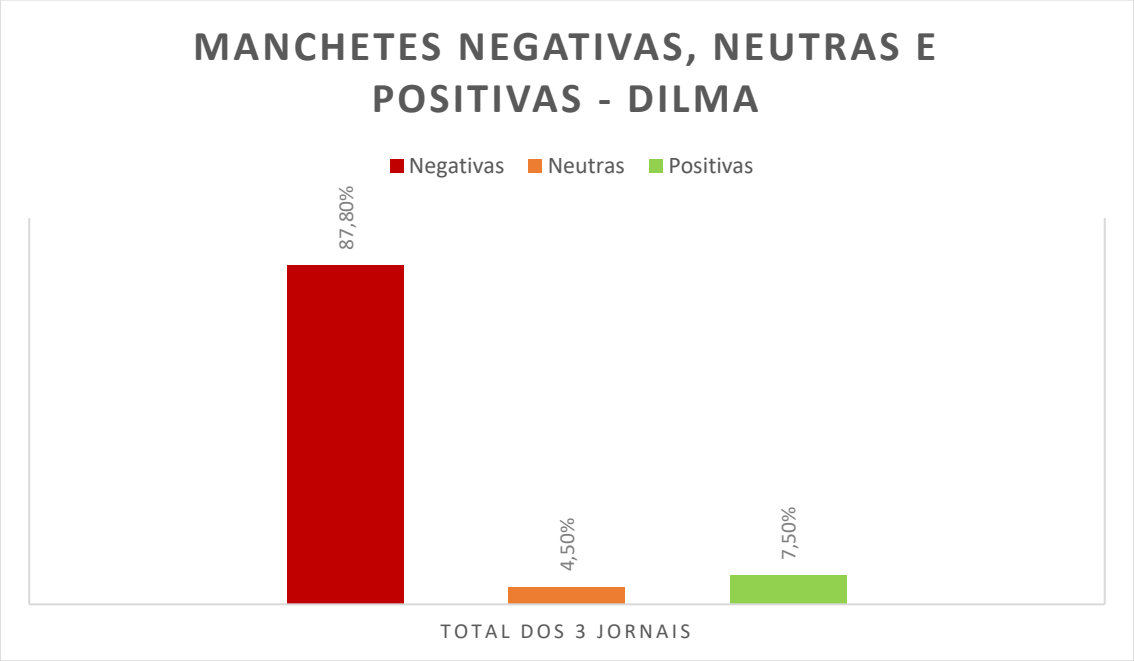
A *Folha de S.Paulo*, das 20 manchetes dedicadas ao tema, deu 17 manchetes negativas (85,0%), zero neutras e 3 positivas (15,0%).

Já *O Globo* teve 24 manchetes para o *impeachment* um mês antes da votação. Dentro dessa contagem, 21 manchetes foram negativas para o personagem central do processo, Dilma (87,5%), 1 foi neutra (4,1%) e 2 foram positivas (8,3%).

Já *O Estado*, que dedicou 22 manchetes para o assunto, apresentou 20 negativas (90,9%), 2 neutras (9,0%) e zero positivas. O jornal não apresentou nenhuma manchete considerada positiva para Dilma durante o mês analisado, mas em uma manchete deu voz à presidente que acusava o processo de ser um "golpe". A manchete é do dia 31 de março de 2016 e diz "'É golpe', ataca Dilma; para juristas, 'sobram crimes'". Como é uma manchete que ouviu os dois lados e traz tanto uma mensagem positiva para a presidente quanto uma negativa, que a acusa de crimes, a manchete foi considerada neutra.

No total, das 66 manchetes analisadas dos três jornais no caso de Dilma, 58 foram negativas para a presidente (87,8%), 3 foram neutras (4,5%) e 5 foram positivas (7,5%). É possível ver os números nos gráficos abaixo:

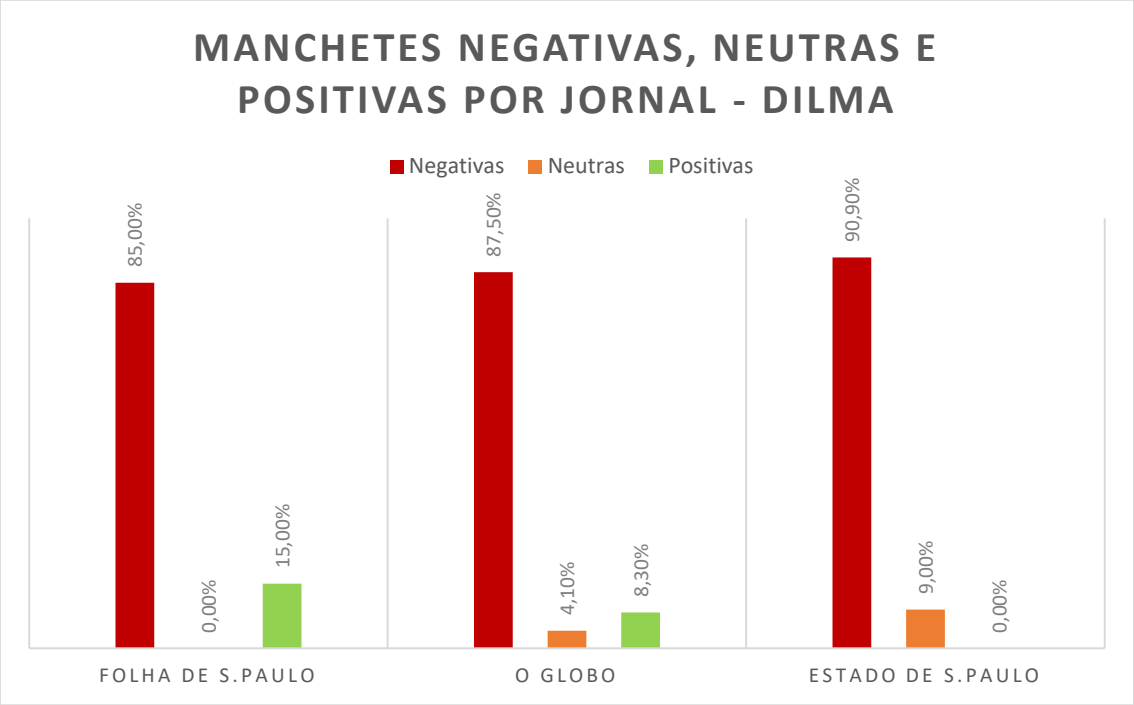
Gráfico 3: manchetes negativas, neutras e positivas para Dilma em 2016



Fonte: dados da pesquisa

No gráfico seguinte, é possível ver o percentual de manchetes negativas, neutras e positivas por jornal analisado.

Gráfico 4: manchetes negativas, neutras e positivas para Dilma por jornal em 2016



Fonte: dados da pesquisa

Em percentual, o jornal que mais apresentou manchetes negativas para Dilma foi *O Estado*, com 90,9%, e o que mais trouxe manchetes positivas foi a *Folha*, com 15,0%. Ainda assim, os três jornais apresentaram muito mais matérias negativas do que neutras ou positivas. Em todos os jornais analisados, o percentual de manchetes negativas para a acusada no período ultrapassou 85%, o que nos permite identificar uma postura rígida dos jornais com relação ao processo que ocorria.

As manchetes positivas foram, em sua maioria, dedicadas às manifestações populares pró-governo. Ainda assim, existia uma parcela grande da população que queria o *impeachment*, como apontaram algumas pesquisas nas manchetes. Ou seja, durante esse período é possível identificar que a sociedade estava dividida em um grupo favorável ao *impeachment* e um grupo que apoiava o governo e queria a permanência de Dilma.

No dia 18 de abril, dia seguinte à votação pelo seguimento do processo, todos os jornais noticiavam em letras garrafais que o *impeachment* estava perto. A *Folha* teve uma edição similar àquela do período Collor, com a manchete "IMPEACHMENT!" em letras garrafais, mas desta vez sem a "Vitória da democracia". Já o *Estado* também noticiou em

letras maiúsculas “IMPEACHMENT AVANÇA”, e *O Globo* noticiou “PERTO DO FIM” (Ver anexo- manchetes do dia 18/04/16).

3.3 Comparação entre os dois casos

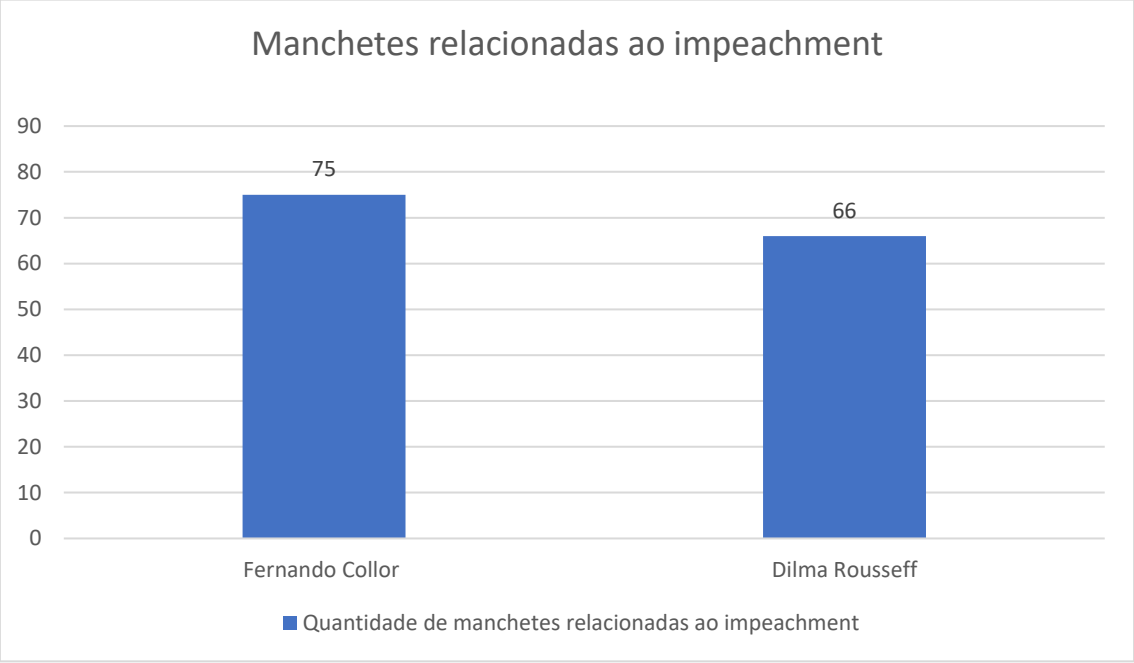
Agora, busca-se comparar as coberturas dos jornais no caso Collor e Dilma. Primeiro, é feita a comparação dos três jornais nos dois anos e, depois, a análise de cada jornal nos dois anos de *impeachment*.

3.3.1 Análise das manchetes

Neste trabalho, foram analisadas 30 manchetes de cada jornal, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, no mês que antecedeu os dois processos de *impeachment* da recente democracia brasileira, Collor de Mello em 1992 e Dilma Rousseff em 2016. Sendo assim, foram analisadas 90 manchetes em cada ano, totalizando 180 manchetes.

Durante o período Collor, os três jornais deram 75 manchetes relacionadas ao assunto *impeachment* (83,3%), contra 66 manchetes para o tema no mês que antecedeu a votação contra Dilma (73,3%).

Gráfico 5: manchetes para o tema *impeachment* em 1992 e em 2016



Fonte: dados da pesquisa

No mês que antecedeu a votação na Câmara dos Deputados, o assunto foi retratado mais em 1992 com Collor do que em 2016 com Dilma, 75 vezes contra 66,

respectivamente. Apesar de o tema estar muito presente nas manchetes, os dois com aparição acima de 70%, no primeiro processo, contra Collor de Mello, os jornais deram mais manchetes para o assunto.

Uma das razões para tal é que, em 1992, o presidente estava sendo acusado de um grande esquema de corrupção e cada nova descoberta da CPI era manchete. Já em 2016, como foi observado, o *impeachment* disputou espaço nas manchetes com a cobertura da Operação Lava Jato, que denunciava esquema de outros políticos, e não estava ligada diretamente ao processo que levou à saída de Dilma do Planalto. O acordo de delação premiada com a Odebrecht, por exemplo, revelou esquemas de corrupção e repasse de dinheiro público a outros políticos e ganhou grande destaque nas capas dos jornais.

Segundo Antonelli (2016, p.40), é cada vez mais comum achar, na imprensa brasileira, manchetes com destaque para os nomes das pessoas envolvidas em escândalos e para quantidade de dinheiro público desviada. O valor-notícia associado ao negativismo foi estudado por muitos autores, como apresentou a pesquisadora em seu trabalho.

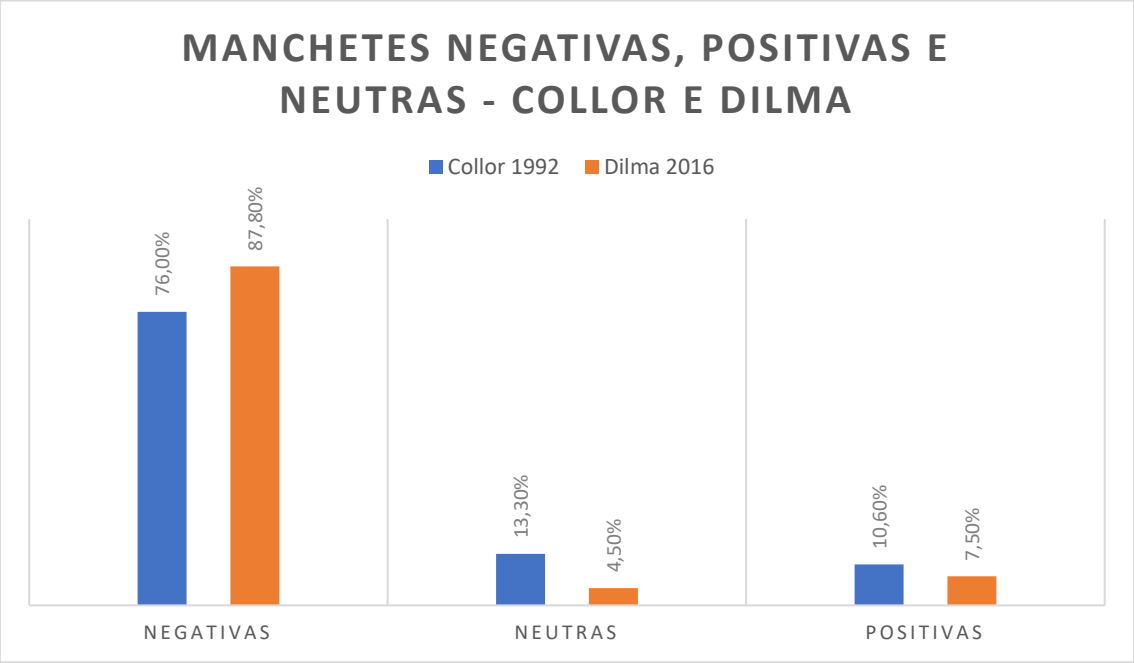
> As explicações para o negativismo das notícias diferem entre os investigadores. Nos EUA, Patterson (1994) atribui as maiores responsabilidades ao Watergate e à Guerra do Vietnan, Jamieson (1992) às campanhas eleitorais e à "política suja", enquanto Wilke e Reinemann (2001) o atribuem a mudanças na ideologia dos jornalistas. Hallin (1992), acrescenta a estes argumentos os desenvolvimentos tecnológicos dos media e a profissionalização das campanhas praticada pelos políticos e pelos peritos de relações públicas (SERRANO, 2005, apud ANTONELLI, 2016, p. 40).

3.3.2 Comparação da classificação das manchetes

Aqui, busca-se identificar se a quantidade de manchetes negativas, neutras e positivas foi igual ou diferente nos dois processos.

Em porcentagem, o índice de manchetes negativas foi maior em 2016, durante o processo de Dilma, do que em 1992, com Collor. No mês que antecedeu o afastamento de Collor, 76,0% das manchetes sobre o *impeachment* eram negativas, enquanto em 2016 esse número subiu para 87,8%. Já as manchetes neutras apareceram mais vezes em 1992, ocupando 13,3% das chamadas dedicadas ao tema *impeachment*, contra 4,5% em 2016. Por fim, as manchetes positivas, somando o conteúdo dos três jornais, ocuparam 10,6% das chamadas em 1992 e 7,5% em 2016.

Gráfico 6: manchetes negativas, neutras e positivas para Collor e Dilma (em %)



Fonte: dados da pesquisa

É possível notar que durante a cobertura de *impeachment*, como esperado, o que prevalece no noticiário são manchetes negativas para o acusado. O presidente que chega a sofrer um processo de *impeachment* tem sua imagem muito desgastada pela opinião pública. O que chama atenção nos números é a comparação dos dois casos. O resultado difere do que se é esperado porque o caso de Dilma Rousseff apresenta uma quantidade maior de manchetes negativas em relação ao caso de Collor de Mello.

O número de manchetes negativas menor para Collor chama atenção porque o presidente estava sendo acusado, na época, de um grande escândalo corrupção, que o ligava diretamente a um crime. Tais acusações eram muito negativas para a imagem do presidente e era possível perceber, pelas manchetes, que ele não recebeu apoio para que permanecesse no cargo.

Já no caso de Dilma se vê uma sociedade dividida, refletida nos jornais que trouxeram manchetes de manifestações populares a favor e contra a presidente. Enquanto uma parcela da população apoiava a saída de Dilma, com fortes protestos, uma outra parcela considerável era contra e contestava as razões pelas quais o processo de *impeachment* foi aberto na Câmara.

Diferente do que aconteceu com Dilma, não foi refletido nas manchetes dos jornais que Collor recebia apoio da sociedade para que permanecesse do cargo. As manchetes apontavam para o isolamento e derrota do presidente.

Dessa forma, era esperado que na análise do caso Collor fossem encontradas mais manchetes negativas para o presidente. Na verdade, viu-se o oposto. O estudo mostra que, em 2016, o índice de manchetes negativas superou o de 1992. A seguir, a análise detalhada da cobertura de cada jornal ajuda a entender o resultado.

3.4 Comportamento dos Jornais

Aqui, foi analisado o comportamento de cada um dos jornais durante os dois processos, em 1992 e em 2016, a fim de comparar a cobertura do mesmo veículo durante as duas coberturas.

3.4.1 *Folha de S.Paulo*

A *Folha* publicou 27 manchetes para o assunto *impeachment* de Collor em 1992 e 20 manchetes para o *impeachment* de Dilma, em 2016. Dentro das 30 manchetes analisadas do jornal em cada ano, Collor teve 19 manchetes negativas e Dilma, 17. O jornal deu 5 manchetes neutras para Collor e zero para Dilma. O número de manchetes positivas foi igual nos dois anos, 3. A comparação é mostrada na tabela abaixo:

Tabela 3: quantidade de manchetes na *Folha de S.Paulo*

	Manchetes sobre o assunto	Manchetes negativas	Manchetes neutras	Manchetes positivas
Collor - 1992	27	19	5	3
Dilma - 2016	20	17	0	3

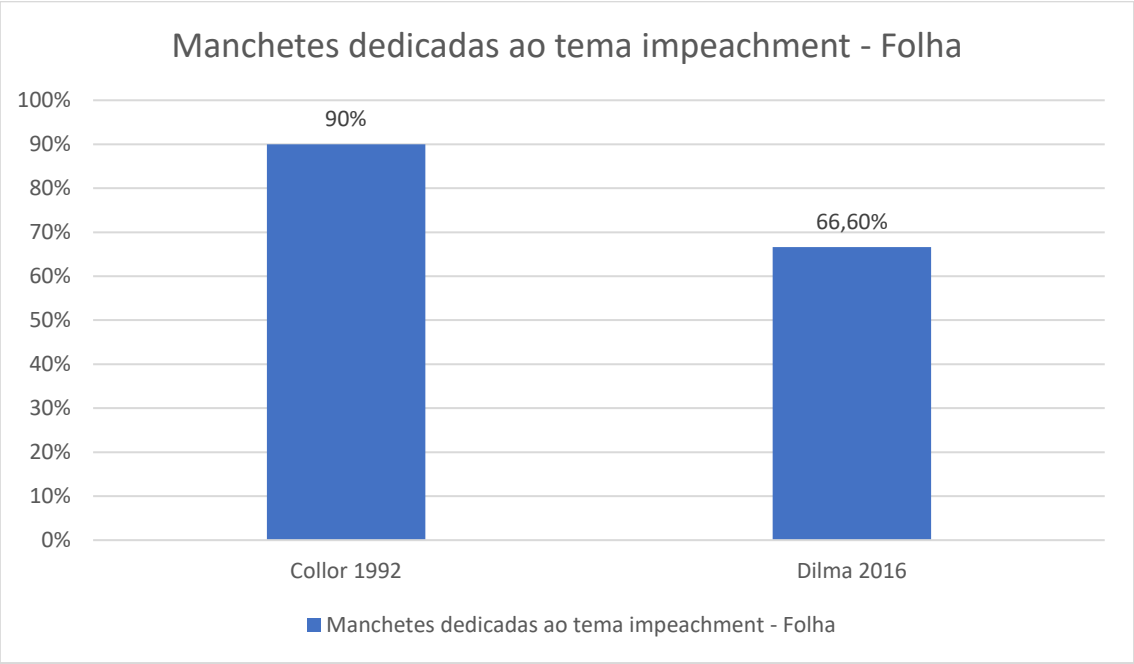
Fonte: dados da pesquisa

A quantidade de manchetes para o *impeachment* foi maior em 1992, durante o processo de Collor, 27 manchetes (90,0%) contra 20 no período Dilma (66,6%). Isso pode ser explicado porque, como já visto, em 2016, o tema dividiu espaço nas manchetes com

as investigações da Operação Lava Jato, que revelaram denúncias contra políticos e escândalos que mereceram espaço nas chamadas principais.

Foram poucas manchetes da *Folha* que fugiram totalmente do tema no caso de Collor, enquanto com Dilma, o jornal noticiava outros escândalos, como a delação da Odebrecht.

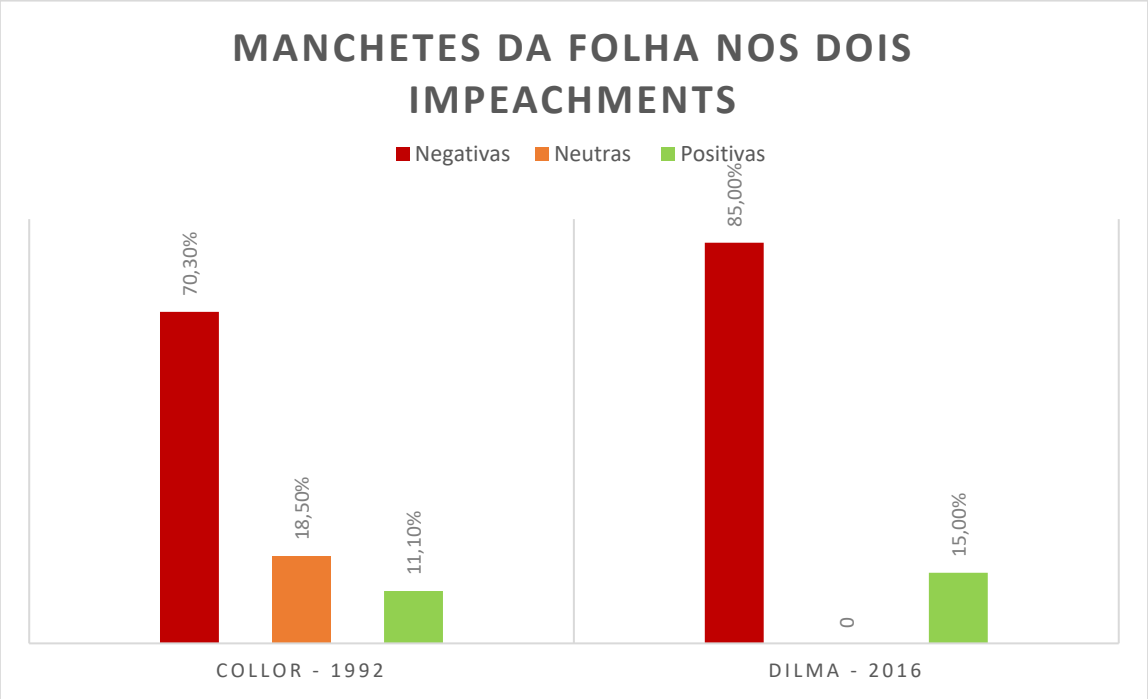
Gráfico 7: manchetes para o assunto *impeachment* na *Folha de S.Paulo*



Fonte: dados da pesquisa

A quantidade de manchetes negativas na *Folha* foi parecida nos dois processos, sendo maior em 1992, com Collor. Já a quantidade de manchetes positivas foi igual, 3 nos dois processos. Já o número de manchetes consideradas neutras teve uma grande variação. No *impeachment* de Collor, o jornal deu 5 manchetes neutras enquanto em 2016 não deu nenhuma. Percebe-se que, em 1992, a *Folha* dedicou algumas manchetes para explicar o rito ou anunciar o dia da votação, enquanto em 2016, não houve espaço para isso.

Gráfico 8: manchetes negativas, positivas e neutras na *Folha de S.Paulo*



Fonte: dados da pesquisa

O comportamento da *Folha* variou de um processo para o outro, como se viu nos gráficos. A quantidade de manchetes negativas durante o caso Dilma foi muito superior à quantidade do caso Collor e o número de manchetes neutras também variou muito. Manchetes neutras não apareceram no caso de Dilma, enquanto no ano de Collor, o jornal dedicou algumas manchetes para falar sobre o processo e rito na Câmara dos Deputados, em chamadas que não eram nem negativas, nem positivas para o acusado, mas sim explicativas. Já as manchetes positivas apareceram mais vezes em 2016, durante o processo de Dilma.

3.4.2 *O Globo*

O Globo, nos dois processos, dedicou o mesmo espaço para o tema *impeachment*: foram 24 manchetes nos dois anos analisados. A quantidade de manchetes negativas foi semelhante: 20 para Collor em 1992 e 21 para Dilma em 2016. Já a quantidade de manchetes neutras para Collor foi maior do que para Dilma, 3 contra 1, e a quantidade de manchetes positivas foi menor em 1992 do que em 2016: o jornal dedicou 1 manchete positiva para Collor e 2 para Dilma.

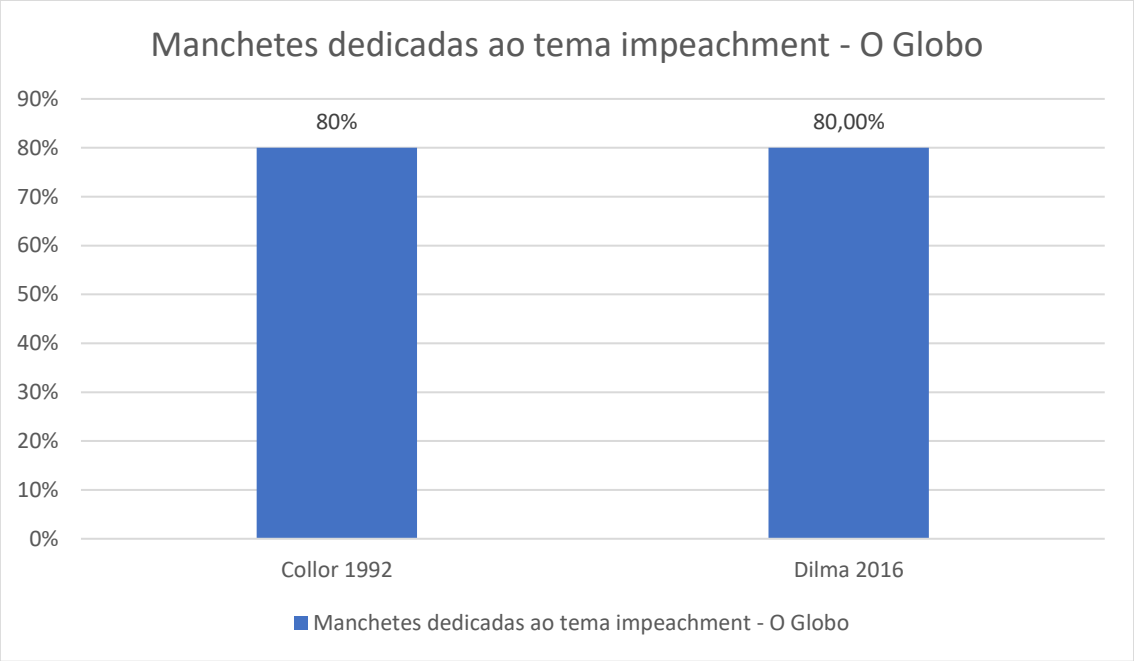
Tabela 4: quantidade de manchetes no jornal *O Globo*

	Manchetes sobre o assunto	Manchetes negativas	Manchetes neutras	Manchetes positivas
Collor - 1992	24	20	3	1
Dilma - 2016	24	21	1	2

Fonte: dados da pesquisa

O gráfico abaixo mostra que O Globo dedicou o mesmo espaço para o assunto *impeachment* nos dois casos analisados:

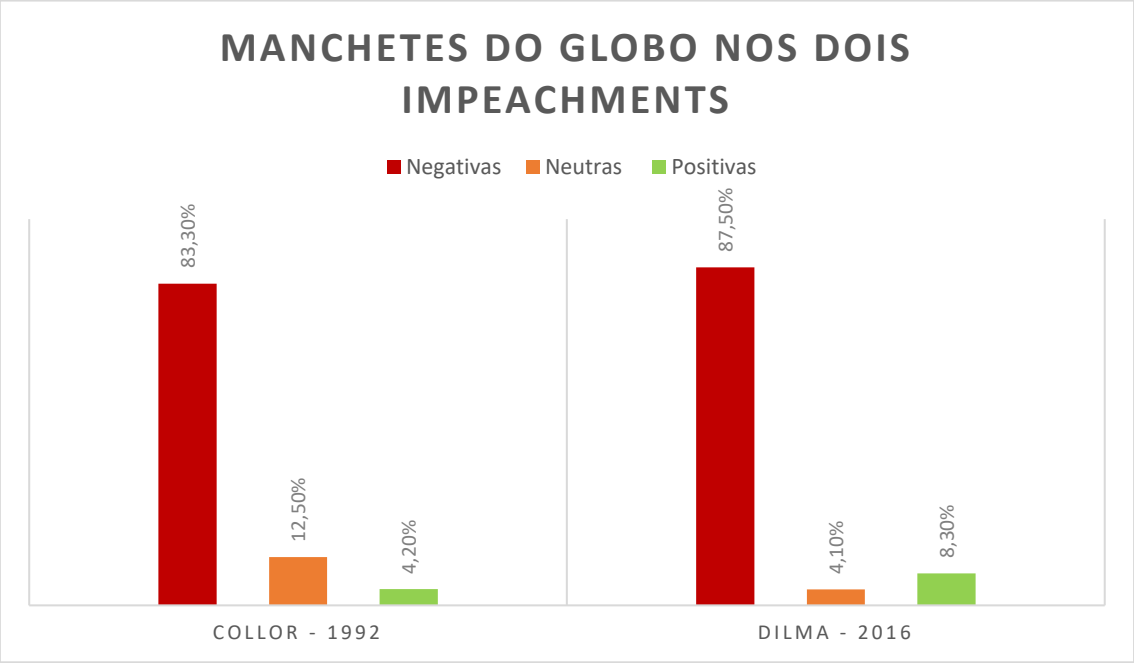
Gráfico 9: manchetes para o assunto *impeachment* no jornal *O Globo*



Fonte: dados da pesquisa

O próximo gráfico mostra a distribuição de manchetes negativas, neutras e positivas no jornal carioca nos dois casos:

Gráfico 10: manchetes negativas, positivas e neutras no jornal *O Globo*



Fonte: dados da pesquisa

O Globo foi o jornal com o comportamento mais semelhante nos dois processos. Primeiro, o veículo dedicou o mesmo espaço nos dois anos (80%) durante o mês analisado. Além do mais, o percentual de manchetes negativas é próximo nos dois casos, sendo um pouco mais no ano de Dilma. A quantidade de manchetes neutras é maior em 1992, no processo de Collor e o percentual de manchetes positivas é maior para Dilma, em 2016.

3.4.3 *O Estado de S. Paulo*

O Estado publicou 24 manchetes relacionadas ao tema *impeachment* no período Collor e 22 no período Dilma. No mês analisado, foram 18 manchetes negativas para Collor contra 20 para Dilma. A quantidade de manchetes neutras foi igual nos dois casos, 2 para cada. Já a quantidade de manchetes positivas foi muito superior em 1992 para Collor (6 manchetes) do que para Dilma (zero).

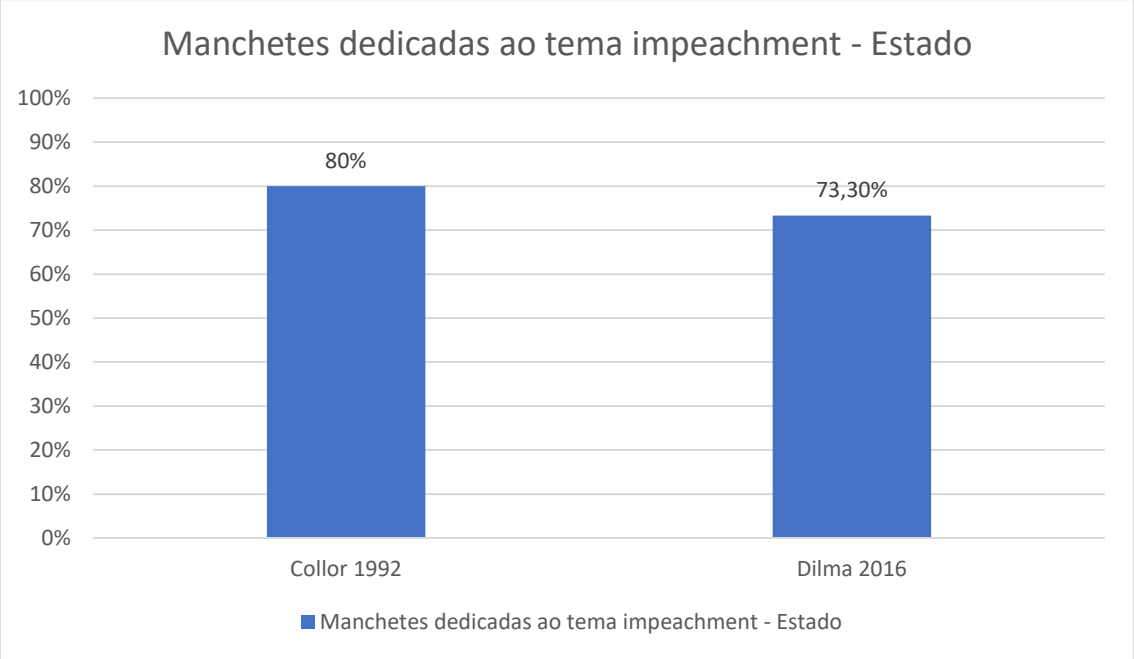
Tabela 5: quantidade de manchetes no jornal *O Estado de S. Paulo*

	Manchetes sobre o assunto	Manchetes negativas	Manchetes neutras	Manchetes positivas
Collor - 1992	24	18	2	4
Dilma - 2016	22	20	2	0

Fonte: dados da pesquisa

Nos próximos gráficos é possível observar o percentual de manchetes para o tema *impeachment* nos dois anos, além da classificação em manchetes negativas, neutras e positivas para o acusado.

Gráfico 11: manchetes para o assunto *impeachment* em *O Estado de S. Paulo*

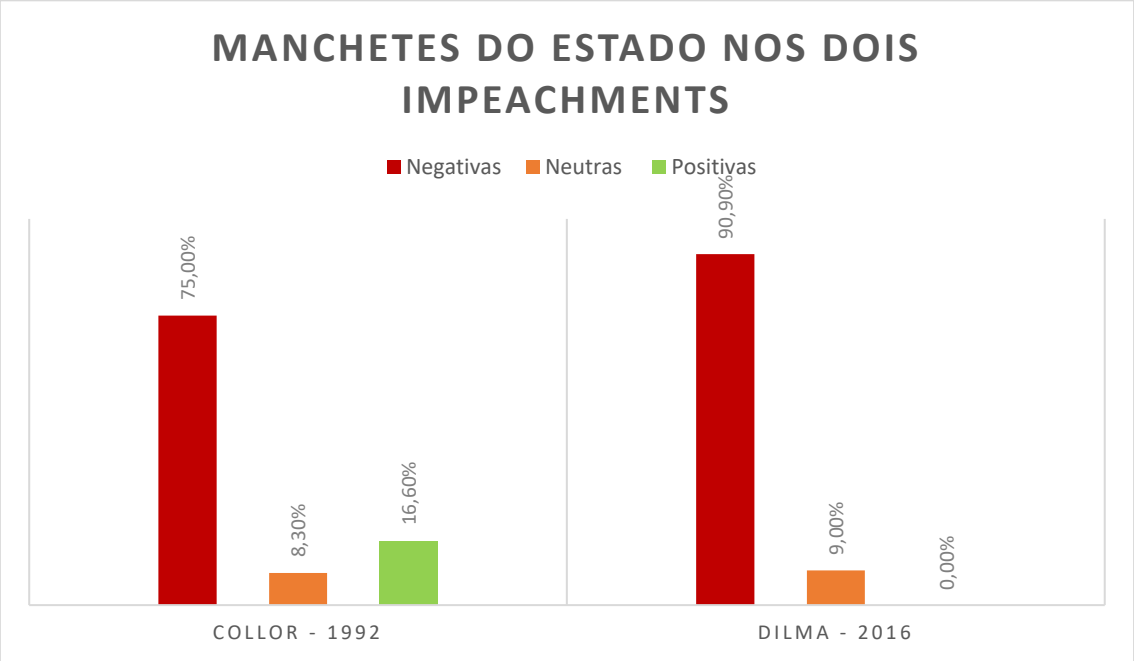


Fonte: dados da pesquisa

Em termos percentuais, a quantidade de manchetes negativas para Dilma é muito superior do que a quantidade para Collor. É possível notar também uma grande variação na quantidade de manchetes positivas de um processo para o outro. No caso de Collor, o

jornal dedicou 16,0% das manchetes sobre o *impeachment* para assuntos positivos, enquanto no período Dilma não foi encontrada nenhuma manchete positiva.

Gráfico 12: manchetes negativas, positivas e neutras em *O Estado de S. Paulo*



Fonte: dados da pesquisa

Com essa análise, percebeu-se que os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* apresentaram comportamentos distintos de um processo para o outro, enquanto *O Globo* foi o jornal que apresentou comportamento mais semelhante. Todos os jornais apresentaram percentual de manchetes negativas maior no período Dilma do que no período Collor. Assim com os outros jornais, *O Globo* deu mais manchetes negativas para Dilma, mas com uma diferença menor do que a *Folha* e *O Estado*. A *Folha* e *O Globo*, em percentual, deram mais manchetes positivas para Dilma, enquanto *O Estado* não apresentou nenhuma manchete positiva em 2016.

O resultado chama atenção por mostrar que os três jornais apresentaram uma quantidade maior de manchetes negativas durante o processo de Dilma do que durante o de Collor. Como foi visto no referencial teórico e durante as análises, o processo de afastamento de Dilma era questionado por uma parcela da população, enquanto Collor não recebeu apoio para permanecer.

A seguir, o estudo selecionou alguns temas presentes nos dois processos para comparação: a imagem dos vices durante o mês que antecedeu a votação, o uso do termo

“golpe” pelos jornais e as manchetes para as manifestações populares, tanto de apoio como contra a figura que estava passando pelo *impeachment*.

3.5 Imagem dos vices: Itamar e Temer

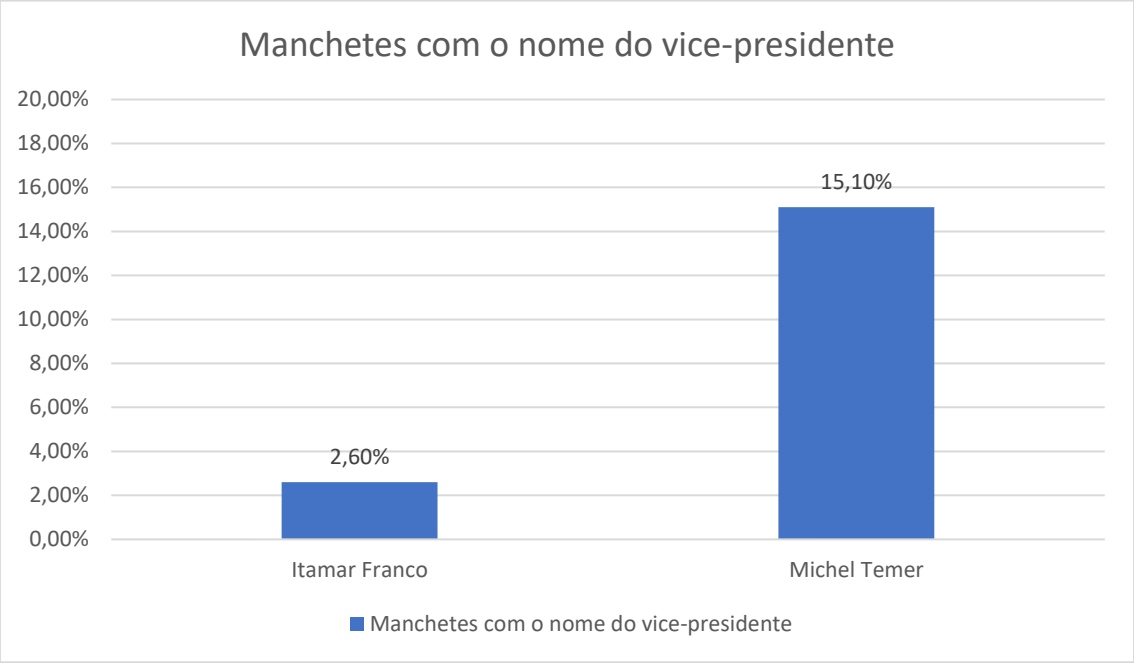
Um aspecto interessante de notar nos dois processos é como os jornais trataram os vices, os próximos na linha sucessória que assumiriam o cargo de presidente da República caso o processo de *impeachment* fosse adiante. Percebe-se que, em 1992, Itamar Franco apareceu poucas vezes nas manchetes dos jornais, enquanto Michel Temer, em 2016, ganhou mais destaque.

Em 1992, das 75 manchetes dedicadas ao tema *impeachment*, Itamar aparece em duas manchetes (2,6%). A *Folha* noticia em 6 de setembro que “75% querem Collor fora do cargo; 40% acham que Itamar fará melhor” e *O Estado de S. Paulo*, no dia 20 de setembro, 9 dias antes da votação do *impeachment* na Câmara, faz uma entrevista com o vice e destaca como manchete “Itamar quer ajuste fiscal e política anti-recessiva”.

Já em 2016, das 66 manchetes dedicadas ao tema *impeachment* pelos três jornais, o nome de Temer aparece 10 vezes (15,1%). A *Folha de S. Paulo* traz o nome Temer em 4 manchetes, enquanto *O Estado* e *O Globo* dedicam, cada um, 3 manchetes para o vice-presidente.

O gráfico mostra o percentual de manchetes para os vice-presidentes em 1992 e em 2016

Gráfico 13: manchetes com o nome dos vice-presidentes em 1992 e 2016



Fonte: dados da pesquisa

O nome de Michel Temer começou a ganhar destaque nas manchetes dos jornais quando seu partido, o PMDB, que sempre foi um parceiro do PT, partido de Dilma Rousseff, apresentou sinais de que estaria deixando de participar do governo. Como o partido é o que concentra o maior número de deputados na Câmara, a saída do PMDB foi um indício de que Dilma perderia a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados.

Além disso, quando deixa o governo, Dilma começa uma ofensiva contra Temer e os dois entram em uma disputa. *O Estado de S. Paulo* noticia no dia 21 de março, logo no início da série de análises, que "Serra e Temer negociam pacto para novo governo", dando sinais de que Temer não estaria mais ao lado de Dilma na disputa.

A *Folha* noticia como manchete no dia 13 de abril, após a saída do PMDB, que "PP e PRB apoiam *impeachment*; Temer é conspirador, diz Dilma". E finalmente no dia 17 de abril, dia da votação na Câmara dos Deputados para dar o aval ao prosseguimento do *impeachment*, *O Globo* tem como manchete que "Dilma e Temer negociam pessoalmente cada voto", uma sinalização que os dois estariam em disputa e com interesses opostos.

3.6 Uso do termo “golpe”

A palavra “golpe” apareceu 1 vez em todas as 75 manchetes dedicadas ao tema do período analisado que antecedeu o *impeachment* de Collor (1,3%). Foi a manchete da *Folha de S. Paulo* do dia 9 de setembro, que dizia “Ibsen quer votação do *impeachment* até dia 25; Collor diz que é ‘golpe’”.

Durante o período de análise do *impeachment* de Dilma o termo “golpe” aparece duas vezes (3,0%), dentro das manchetes selecionadas destinadas ao assunto *impeachment* (66 manchetes). A primeira no dia 31 de março na manchete de *O Estado de S. Paulo* “‘É golpe’, ataca Dilma; para juristas, ‘sobram crimes’”. E a outra no dia 5 de abril na *Folha de S. Paulo*: “Pedido de *impeachment* é ‘golpe’ e ‘nulo’, diz Cardozo”.

Tanto nas manchetes do período Collor quanto nas do período Dilma o termo foi usado entre aspas, ou seja, não manifestava uma posição dos jornais, mas era atrelado a algum locutor.

Apesar de ter aparecido poucas vezes na amostra, o termo “golpe” foi muito usado pela militância do PT para definir o *impeachment* de Dilma e também foi muito visto em redes sociais.

3.7 Manifestações populares

Durante a análise foram encontradas manchetes que mostravam a reação da sociedade sobre os processos de *impeachment*. Essa percepção foi noticiada através de pesquisas de satisfação e manifestações populares.

A *Folha* noticia na manchete, no dia 6 de setembro, uma pesquisa que indica que 75% querem Collor fora do cargo e 40% acham que Itamar fará melhor. *O Estado* também noticia no dia 2 de setembro que maioria quer saída de Collor e no dia 27 que *impeachment* é desejado por 74%. Por fim, *O Globo* também publica no dia 2 de setembro a pesquisa do Ibope que aponta que a maioria é a favor da renúncia e no dia 16 de setembro, a manchete é: “Estudantes voltam às ruas contra Collor”. Não é anunciado em nenhum jornal uma manifestação da sociedade que apoiava o presidente e pedia sua permanência.

Já durante o período de análise de Dilma, foram vistas duas formas de manifestação. No dia 19 de março, a *Folha* anunciou que “Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha” e *O Globo*, “Aliados de Dilma e Lula fazem atos em todos

os estados". No dia 1 de abril, *O Globo* também escreve na manchete "Dilma tem dia de defesa nas ruas e no Congresso", noticiando os movimentos pró-governo. Por outro lado, a *Folha* tem como manchete no dia 20 de março que "68% defendem *impeachment*" e no dia 10 de abril que "61% defendem *impeachment* de Dilma, e 58%, o de Temer". Dessa forma, durante toda a amostra de 2016, foram encontradas três manchetes de manifestações populares pró-governo, o que não aconteceu em 1992.

Considerações finais

Com este trabalho, foi possível chegar a algumas conclusões relevantes sobre as duas coberturas de processos de *impeachment* que ocorreram no Brasil e responder às perguntas que foram propostas no início da pesquisa. O trabalho, como dito, não visa questionar a legitimidade de nenhum dos dois processos, apenas avaliar como os principais jornais do país trataram cada uma das coberturas.

Primeiro, é possível concluir que o tema *impeachment* foi um assunto que ganhou muita relevância no noticiário. Nos dois períodos analisados, os três jornais impressos deram mais manchetes para o *impeachment* do que para qualquer outro assunto. Além do mais, era esperado, e foi confirmado neste trabalho, que o noticiário negativo prevaleceu nas manchetes durante os dois processos. Como foi possível notar nas chamadas principais dos jornais, no caso de Collor, novas denúncias enfraqueceram o presidente e no caso de Dilma a perda de apoio por parte do Congresso e por uma parcela da população também mostravam que o cenário estava difícil para a acusada. Desta forma, conclui-se que é um padrão, durante este tipo de cobertura, que a imprensa atue de forma fiscalizadora, dando mais manchetes negativas para o acusado.

Com relação às diferenças, foi possível perceber que no caso de Collor apareceram mais manchetes para o assunto *impeachment* do que no caso Dilma. Porém, o caso de Dilma teve mais manchetes negativas do que o caso de Collor, apesar de o presidente ter sido acusado de crime de corrupção. Em termos percentuais, os três jornais analisados deram mais manchetes negativas para a presidente Dilma em 2016 do que para Collor, em 1992. Com o estudo individual de cada jornal, viu-se que *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S.Paulo* tiveram um percentual de manchetes negativas muito superior em 2016 do que em 1992. Dessa forma, os jornais contribuíram para que o número de manchetes negativas no ano de Dilma fosse superior do que no ano de Collor.

Já *O Globo* foi o jornal que apresentou postura mais semelhante nos dois processos, dando a mesma quantidade de manchetes para o assunto *impeachment* nos dois anos, com predominância de manchetes negativas para o acusado e com algumas manchetes neutras e positivas.

Cabe ressaltar também que o período do processo de *impeachment* de Dilma coincidiu com as investigações da Operação Lava Jato, que também ganhou muita relevância na capa dos jornais. Já no período de Collor, a grande maioria das manchetes

estava relacionada ao *impeachment*, fazendo com que o assunto aparecesse mais nas capas, de maneira geral, em 1992 do que em 2016.

A pesquisa também encontrou que o nome de Michel Temer apareceu mais vezes do que Itamar Franco, dando a entender que o vice-presidente de Dilma foi uma figura muito mais atuante do que o vice de Collor, em 1992. Esta pesquisa não se aprofundou muito neste tema, mas sugere que sirva de incentivo para a análise em outro estudo.

Assim como todas as pesquisas, esta teve limitações. Primeiro, foi feita a análise somente das manchetes, não sendo possível aprofundar em alguns temas que poderiam ter sido encontrados em editoriais, colunas e matérias do caderno de política. Além disso, o estudo limitou-se aos jornais impressos, não podendo analisar outros meios como revistas, rádio, TV e internet.

Espera-se que os resultados deste trabalho tenham contribuído para o melhor entendimento das coberturas durante os processos de *impeachment* que ocorreram no Brasil e que novas pesquisas relacionadas ao tema possam surgir.

Referências

ANTONELLI, Diana. **A presença e a Relevância do Noticiário de Corrupção em 30 Anos de Cobertura dos Jornais *Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de S. Paulo* – 1985-2014**. Tese (Mestrado). Faculdade de Comunicação- Universidade de Brasília (UnB). 2017.

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. Vol. 1 Rio de Janeiro. 5 ª edição. Mauad X. 2009.

BALBINOTTI, Rafael. **Chefes, dedo-duros e vilões: personagens, estereótipos e humor em Veja durante o impeachment de Collor, em 1992, e na crise do Mensalão, em 2005**. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC). 2011.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs**). Dicionário de Política**. 11ª edição. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1983.

FARHAT, Said. **Dicionário Parlamentar e Político: O processo político e legislativo no Brasil**. Melhoramentos. 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro, RJ. Tempo Brasileiro. 1984.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. Brasília. Contexto. 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **O nascimento da política moderna: Maquiavel, Utopia, Reforma.** Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2007.

NETO, José A. de Freitas; TASINAFO, Célio R. **História Geral e do Brasil.** São Paulo. HARBRA, 2006.

PIMENTA, Ricardo M. Westin. **De Florença a Brasília: a atualidade de Nicolau Maquiavel na política de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha**. Trabalho final (pós-graduação). Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Brasília, 2015.

PORTO, Sergio D. *Análise de conteúdo: realidades empíricas medidas pela abstração numérica*. In: JORGE, Thaïs M. (org). **Notícias em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo**. Insular. Florianópolis. 2015.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo. **Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro. Record. 2006.

SEABRA, Roberto. *Jornalismo político: história e processo*. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo. **Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro. Record. 2006.

SODRÉ, Nelson W. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 1997.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Volume I: Porque as notícias são como são**. 2ª edição. Florianópolis. Insular. 2005.

A constituição e o Supremo. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%20950>

Anexos

Figura 1: manchete do dia 30/09/92 da *Folha de S.Paulo*

FOLHA DE S.PAULO

VITÓRIA DA DEMOCRACIA

IMPEACHMENT!

Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje

Figura 2: manchete do dia 30/09/92 do jornal *O Globo*

O GLOBO

CÂMARA APROVA O IMPEACHMENT POR 441 VOTOS A 38

Collor está fora do poder

Renúncia, agora

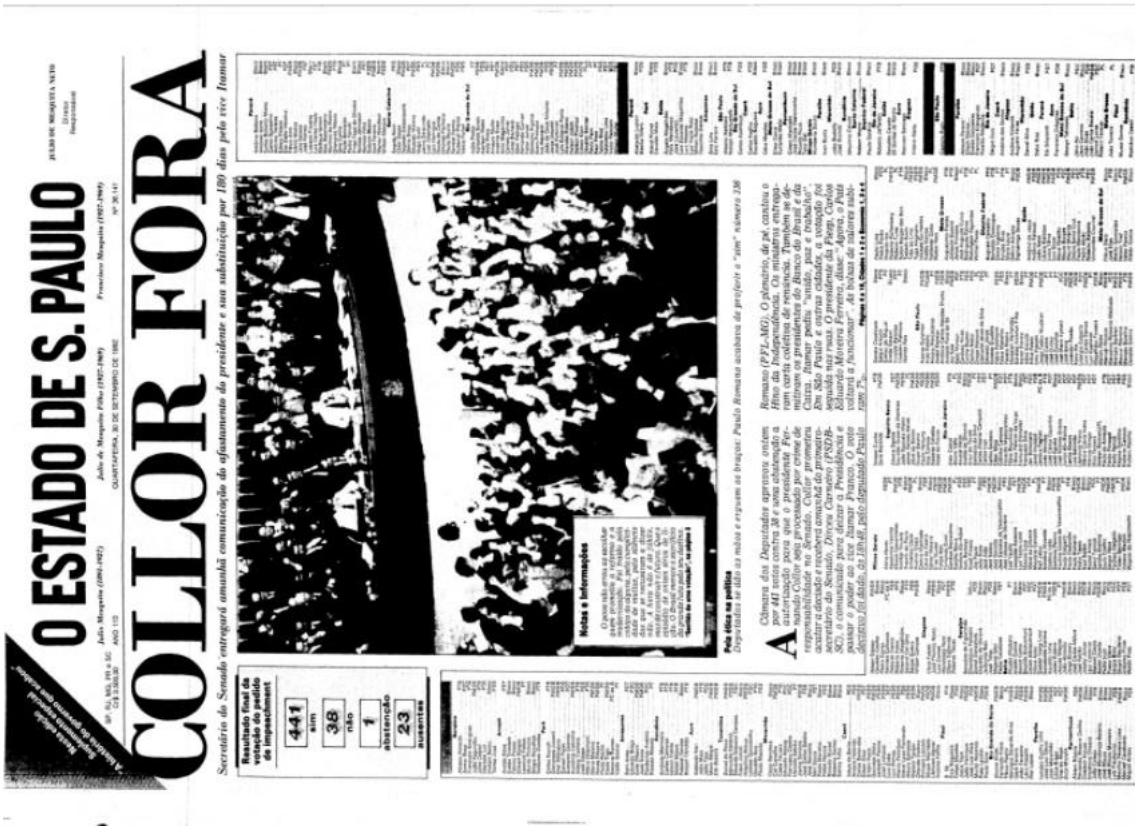
Itamar deve anunciar hoje seu ministério

Collor ainda quer lutar no Senado pelo cargo

Resultado é festejado como Copa do Mundo

Chico

Figura 3: manchete do dia 30/09/92 do jornal *O Estado de S. Paulo*



O ESTADO DE S. PAULO

COLLOR FORA

Secretário do Senado entregará amanhã comunicação do afastamento do presidente e sua substituição por 180 dias pelo vice Itamar

Resultado final da votação do pedido de impeachment

441 sim

38 não

1 abstenção

23 ausentes

Notas e Informações

Pela ética na política

Figura 4: manchete do dia 18/04/2016 da *Folha de S.Paulo*

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016

IMPEACHMENT!

Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em 'grande responsabilidade'

SIM 367 x 137 NÃO

Figura 5: manchete do dia 18/04/2016 do jornal *O Globo*

O GLOBO

BATALHA NO CONGRESSO

Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma

PERTO DO FIM

Dilma Rousseff começou sentem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil. Pouco mais de um ano depois de reeleita e de 13 anos de PT no poder, a Câmara autorizou o processo de impeachment da petista por crime de responsabilidade. Isolada, sem apoio da grande maioria dos partidos de sua ampla coalizão eleitoral, Dilma dificilmente terá forças para impedir que o Senado abra o processo e a afaste do cargo, numa votação por maioria simples, nas próximas semanas. Em guerra declarada com o PMDB de seu vice Michel Temer, maior partido do Congresso, a presidente teve menos votos do que esperava o Planalto. Foi o que se viu também nas ruas por todo o país, onde as manifestações pró-impeachment reuniram mais público do que as de apoio ao governo. Não surtiu efeito sequer o esforço do ex-presidente Lula, cuja nomeação como ministro para escapar do juiz Sérgio Moro, da Lava-Jato, ajudou a agravar a crise. Temer assumirá por 180 dias assim que o Senado abrir o processo

TCHAU QUERIDA!

Figura 6: manchete do dia 18/04/2016 do jornal *O Estado de S. Paulo*

O ESTADO DE S. PAULO

EDIÇÃO ESPECIAL

IMPEACHMENT AVANÇA

367 SIM | 146 NÃO | (137 CONTRA | 7 ABSTENÇÕES | 2 AUSÊNCIAS)

COMO FOI A VOTAÇÃO NA CÂMARA

TCHAU QUERIDA!

Manchetes da *Folha de S.Paulo* de 01/09/1992 a 30/09/1992

01/09 - terça

Bornhausen fica; Câmara dá hoje início à batalha do impeachment

02/09 - quarta

PFL abandona Collor e Câmara já examina o pedido de impeachment

03/09 - quinta

Polícia Federal pede a prisão de PC; envolvido acusa 'Operação Uruguai 2'

04/09 - sexta

Collor banca 'é dando que se recebe' contra a aprovação do impeachment

05/09 - sábado

Pressionado, Ibsen promete votar impeachment até o fim deste mês

06/09 - domingo

75% querem Collor fora do cargo; 40% acham que Itamar fará melhor

07/09 - segunda

Maioria prefere parlamentarismo

08/09 - terça

Collor recebe vaias durante o desfile

09/09 - quarta

Ibsen quer votação do impeachment até dia 25; Collor diz que é "golpe"

10/09 - quinta

STF julga recurso antiimpeachment hoje; Collor cancela viagem aos EUA

11/09- sexta

Supremo dobra prazo para defesa de Collor contra o impeachment

12/09 - sábado

“Mapa da fisiologia” mostra ação do BB para barrar o impeachment

13/09- domingo

Ministros voltam a discutir saída negociada para Collor

14/09 - segunda

Disquete prova que PC tinha esquema para liberar NCz$

15/09 - terça

Procurador recomenda voto aberto

16/09- quarta

Procurador aponta Collor como autor de atividades criminosas

17/09 - quinta

Governo rateia Cr$ 51 bi à caça de apoio

18/09 - sexta

Mãe de Collor sofre parada cardíaca

19/09 - sábado

Justiça tira Lafaiete do comando da fisiologia

20/09 - domingo

Vice-Líder governista admite compra de votos

21/09 - segunda

Collor tem prazo até amanhã para apresentar defesa

22/09 - terça

Collor manobra para adiar a votação

23/09 - quarta

Gastone foge com a defesa de Collor

24/09 - quinta

Collor perde no STF; impeachment terá voto aberto na semana que vem

25/09 - sexta

Comissão aprova parecer contra Collor; só falta votação de terça

26/09 - sábado

Collor faz loteamento do desespero

27/09 - domingo

Oposição só garante 300 votos

28/09 - segunda

Governo muda tática e vai à votação

29/09 - terça

Câmara vota hoje a saída de Collor 930 dias após a posse

30/09 - quarta

vitória da democracia

IMPEACHMENT!

Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje

Manchetes de *O Globo* de 01/09/1992 a 30/09/1992

01/09 - terça

CPI prova saque antes do confisco

02/09 - quarta

Ibope: maioria é a favor da renúncia

03/09 - quinta

Polícia pede a prisão de PC e Vieira

04/09 - sexta

Collor promete prestígio para político que votar contra o 'impeachment'

05/09 - sábado

Ibsen garante que 'impeachment' vai ser votado ainda este mês

06/09 - domingo

Célio diz que Collor ainda não respondeu às denúncias

07/09 - segunda

Voto do 'impeachment' na Câmara deve ser aberto

08/09 - terça

Collor é vaiado no desfile

09/09 - quarta

Diminuem as chances de Collor

10/09 - quinta

Telefones da Itamar foram ‘grampeados’

11/09 - sexta

STF amplia prazo para defesa de Collor; Ibsen diz que vota ‘impeachment’ este mês

12/09 - sábado

Junqueira quer interrogar Collor por questionário

13/09 - domingo

Presidente do BB e da Caixa atacam companheiros de Governo

14/09 - segunda

Interrogatório de Collor fica pronto hoje

15/09 - terça

Junqueira defende voto aberto para o impeachment

16/09 - quarta

Estudantes voltam às ruas contra Collor

17/09 - quinta

Governo usa verba da Previdência para tentar evitar o impeachment

18/09 - sexta

Collor chama Ibsen de canalha golpista

19/09 - sábado

Justiça afasta Lafaiete da Fundação Banco do Brasil

20/09 - domingo

Caixa Econômica também é usada na luta contra o impeachment

21/09 - segunda

Disquete revela três novas ramificações do ‘esquema PC’

22/09 - terça

Secretária diz que gastou US$ 1 milhão de PC com d. Rosane e a Casa da Dinda

23/09 - quarta

Governistas escondem defesa de Collor para tentar sabotar o impeachment

24/09 - quinta

Collor perde no STF: votação do impeachment será aberta e no dia 29

25/09 - sexta

Mordomo da Dinda confirma que PC pagava contas de Collor

26/09 - sábado

PC pode pegar até 51 anos de cadeia

27/09 - domingo

Brasil muda de Governo na terça- feira

28/09 - segunda

Sarney: Câmara aprovará impeachment

29/09 - terça

Câmara vota hoje o destino de Collor

30/09 - quarta

Collor está fora do poder

Manchetes de *O Estado de S. Paulo* de 01/09/1992 a 30/09/1992

01/09 - terça

Impeachment une Fiesp e sindicatos

02/09 - quarta

Maioria quer saída de Collor

03/09 - quinta

Delegado pede prisão de PC e Vieira

04/09 - sexta

Líder do governo diz que Collor vai demitir ministros

05/09 - sábado

Collor vai mudar ministério mas manterá Marcílio

06/09 - domingo

Collor tentou acordo com Quércia

07/09 - segunda

Polícia tem provas contra Collor

08/09 - terça

PC tinha manual de corrupção

09/09 - quarta

Íbsen determina votação aberta do impeachment e começa luta judicial

10/09 - quinta

STF julga hoje recurso de Collor

11/09 - sexta

Supremo dá prazo maior a Collor

12/09 - sábado

Pronta a denúncia contra Collor

13/09 - domingo

Collor inicia guerra antiimpeachment

14/09 - segunda

Marcílio vai pedir explicações sobre uso político do BB

15/09 - terça

Procurador pede votação aberta

16/09 - quarta

Procurador vê indícios de crime na ligação Collor-PC

17/09 - quinta

Pedro Collor diz que acusaria outra vez o irmão e exige cadeia para PC

18/09 - sexta

Testemunha liga PC ao narcotráfico

19/09 - sábado

Justiça tira verbas de Lafaiete

20/09 - domingo

Itamar quer ajuste fiscal e política anti-recessiva

21/09 - segunda

Presidente mostra amanhã sua defesa ao impeachment

22/09 - terça

Secretária liga Rosane a fantasmas

23/09 - quarta

Collor pede tempo e votação secreta

24/09 - quinta

Supremo confirma rito sumário e voto aberto para impeachment

25/09 - sexta

Leilão de cargos atinge estatais

26/09 - sábado

PC é indiciado e pode ter condenação de até 51 anos

27/09 - domingo

Impeachment é desejado por 74%

28/09 - segunda

Planalto diz que não vai obstruir votação na Câmara

29/09 - terça

Pesquisa indica derrota de Collor

30/09 - quarta

COLLOR FORA

Manchetes da *Folha de S.Paulo* de 20/03/2016 a 18/04/21016

20/03 - domingo

68% defendem impeachment

21/03 - segunda

Planalto prepara troca na direção da Polícia Federal

22/03 - terça

Dilma já prepara ação no STF contra impeachment

23/03 - quarta

Odebrecht sofre devassa da PF; empresa decide fazer delação

24/03 - quinta

Planilhas da Odebrecht citam 316 políticos de 24 partidos

25/03 - sexta

Dilma retalia Temer e ala do PMDB dá sinal de debandada

26/03 - sábado

Sabesp quer o fim dos descontos e da punição

27/03 - domingo

Governo Dilma teme ‘efeito manada’ entre os partidos

28/03 - segunda

Câmara votará impeachment com fragmentação partidária recorde

29/03 - terça

Maior sigla no Congresso, PMDB abandona governo

30/03- quarta

PMDB deixa governo, que lança ofensiva anti-Temer

31/03 - quinta

Repasse de marqueteiro do PT eleva suspeitas sobre reeleição

01/04 - sexta

Odebrecht vai vender bens para captar R$ 12 bilhões

02/04 - sábado

Prisões na Lava Jato ligam o petrolão ao caso Celso Daniel

03/04 – domingo

Governo absorve 72% do crédito do país em 2015

04/04 - segunda

Para salvar Dilma, Lula mira votos do Norte e NE

05/04 - terça

Pedido de impeachment é ‘golpe’ e ‘nulo’, diz Cardozo

06/04 - quarta

Pedalada fiscal dispara com Dilma, revelam dados do BC

07/04 - quinta

Empreiteira afirma ter financiado campanhas de Dilma com propina

08/04 - sexta

60% da Câmara diz ser favorável ao impeachment

09/04 - sábado

Queda no preço da energia e crise fazem inflação recuar

10/04 - domingo

61% defendem impeachment de Dilma, e 58%, o de Temer

11/04 - segunda

Governo prevê revés em comissão e tenta se salvar no plenário

12/04 - terça

Impeachment avança em comissão, por 38 votos a 27

13/04 - quarta

PP e PRB apoiam impeachment; Temer é conspirador, diz Dilma

14/04 - quinta

Com PSD, oposição afirma já ter votos para impeachment

15/04 - sexta

Dilma perde no STF, e impeachment será votado pela Câmara no domingo

16/04 - sábado

A 48h horas da votação, governo lança última ofensiva contra impeachment

17/04 - domingo

Com maioria contrária a Dilma, Câmara vota hoje impeachment

18/04 - segunda

IMPEACHMENT!

Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em ‘grande responsabilidade’

Manchetes de *O Globo* de 20/03/2016 a 18/04/21016

20/03 - domingo

Governo enfrenta crise com controle da PF e ataque a Moro

21/03 - segunda

Defesa de Lula pede ao STF que pare Moro

22/03 - terça

Governo já vê risco de derrota no impeachment

23/03 - quarta

Marcelo Odebrecht decide fazer delação

24/03 - quinta

Moro deve enviar ao STF lista de doações a 200 políticos

25/03 - sexta

PMDB do Rio decide romper com governo Dilma

26/03 - sábado

Governo já não vê como evitar debandada do PMDB

27/03 - domingo

Grupo de Temer diz ter 80% dos votos para rompimento

28/03 - segunda

Governo já redistribui cargos do PMDB

29/03 - terça

PMDB rompe com Dilma hoje, e PT já declara guerra a Temer

30/03 - quarta

Sem PMDB, Dilma vai usar cargos contra impeachment

31/03 - quinta

Sobram crimes, diz autora de pedido de impeachment

01/04 - sexta

Dilma tem dia de defesa nas ruas e no Congresso

02/04 - sábado

Moro liga Lava-Jato a mensalão e Celso Daniel

03/04 - domingo

Governo decreta sigilo sobre dados de 'pedaladas'

04/04 - segunda

Dilma usará Bolsa Família contra impeachment

05/04 - terça

Na defesa de Dilma, Cardozo indica que recorrerá à Justiça

06/04 - quarta

Resultado na comissão do impeachment ainda é incerto

07/04 - quinta

Relator aponta indícios de crimes de Dilma

08/04- sexta

Procurador acusa Dilma de tentar obstruir Justiça

09/04 - sábado

Caixa ignorou recomendação de Conselho contra ‘pedalada’

10/04 - domingo

Combate à corrupção já enfrenta ataques

11/04 - segunda

Planalto concentra força na votação em plenário

12/04- terça

Comissão aprova relatório pelo impeachment de Dilma

13/04 - quarta

Maioria do PP anuncia voto pró-impeachment

14/04 - quinta

Debandada na Câmara já eleva pressão no Senado

15/04 - sexta

Câmara tem 342 votos declarados pró-impeachment

16/04 - sábado

Planalto faz ofensiva, mas oposição mantém vantagem

17/04 - domingo

Dilma e Temer negociam pessoalmente cada voto

18/04 - segunda

PERTO DO FIM

Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma

Manchetes de *O Estado de S. Paulo* de 20/03/2016 a 18/04/21016

20/03 - domingo

FHC defende impeachment e diz que Lula é irresponsável

21/03 - segunda

Serra e Temer negociam pacto para o novo governo

22/03 - terça

Impasse jurídico prossegue e PT teme prisão de Lula

23/03 - quarta

Marcelo Odebrecht decide fazer delação na Lava Jato

24/03 - quinta

Superplanilha da Odebrecht indica repasse a 229 políticos

25/03 - sexta

Temer reforça articulação para PMDB sair do governo

26/03 - sábado

Crise do PMDB com Dilma acelera rito de impeachment

27/03 - domingo

Plano do PMDB corta subsídio e gasto público

28/03 - segunda

Crise provoca fechamento de 4,4 mil fábricas em SP

29/03 - terça

PMDB deixa Dilma e vai trabalhar por impeachment

30/03 - quarta

Após saída do PMDB, Dilma tenta atrair apoio com verba e cargos

31/03 - quinta

‘É golpe’, ataca Dilma; para juristas, ‘sobram crimes’

01/04 - sexta

STF decide que investigação sobre Lula ficará na Corte

02/04 - sábado

Nova operação liga Lava Jato a mensalão e caso Celso Daniel

03/04 - domingo

Oposição tem 242 votos por impeachment e governo, 113

04/04 - segunda

Governo sacrifica ajuste para ajudar a negociar na crise

05/04 - terça

Governo estuda só dar cargos após votação de impeachment

06/04 - quarta

STF manda Câmara abrir impeachment de Temer; Cunha reage

07/04 - quinta

Relator do impeachment vê indícios de crime de Dilma

08/04 - sexta

Andrade Gutierrez aponta propina de R$ 150 milhões para PT e PMDB

09/04 - sábado

Tucanos desistem de nova eleição e vão apoiar Temer

10/04 - domingo

Contra impeachment, Dilma negocia cargos com verbas de R$ 38 bi

11/04 - segunda

PT tenta evitar que revés em comissão contamine plenário

12/04 - terça

Comissão aprova parecer a favor do impeachment de Dilma Rousseff

13/04 - quarta

PP decide apoiar impeachment e amplia isolamento do Planalto

14/04 - quinta

PSD e PTB abandonam governo; Dilma acena com pacto se vencer

15/04 - sexta

Oposição já tem votos para impeachment na Câmara

16/04 - sábado

Governo tenta última cartada; placar aponta impeachment

17/04 - domingo

Em clima tenso, Câmara define futuro de Dilma

18/04 - segunda - edição especial

IMPEACHMENT AVANÇA

Legenda:

- está fora da contagem “manchetes sobre impeachment” preto

- manchetes positivas para Dilma verde

-manchetes neutras amarelo

- manchetes negativas para Dilma vermelho